



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1626/09	DATA: 29/09/2009
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 17h36min	DURAÇÃO: 02h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h41min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Secretário-Executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.
RICARDO BRISOLLA BALESTRERI – Secretário Nacional de Segurança Pública.

SUMÁRIO: Esclarecimentos à CPI acerca da violência urbana no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Havendo número regimento, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuída cópia da ata da 7ª reunião a todos...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, em função da distribuição dos avulsos, posso pedir a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Perfeitamente.

Dispensada a leitura, em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Primeira fase: audiência pública.

Esta reunião tem por finalidade debater com o Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário-Executivo do PRONASCI, e com o Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública.

Em nome de todos, quero agradecer aos convidados a presença e os convido a comporem a Mesa dos trabalhos.

Então, por favor, Sr. Ronaldo Teixeira e nosso amigo Ricardo Brisolla Balestreri, tomem assento à Mesa.

Esclareço que os Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º, do Regimento Interno, terão o tempo de 5 minutos para a pergunta, dispondo o interpelado, ou seja, os convidados, de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Srs. Parlamentares que queiram participar dos debates com os convidados que façam as suas inscrições junto à Secretaria.

Esclareço aos senhores expositores e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem sempre ao microfone.

Esclareço também que os expositores não poderão ser interpelados durante suas exposições.



Haja vista que os temas são próximos e cada um dos convidados falará sobre a ótica do órgão que dirige, ouviremos os 2 convidados, antes de dar início aos debates.

Pergunto se todos os Parlamentares estão de acordo. Podemos ouvir os 2 e, em seguida, passar ao debate? (*Pausa.*)

Não havendo discórdia, assim procederemos.

Passo a palavra ao primeiro convidado, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário-Executivo do PRONASCI.

Dr. Ronaldo, V.Sa. disporá de 20 minutos; evidentemente, com a flexibilidade necessária. Se for conveniente e necessário, nós lhe daremos um tempo a mais.

Após a exposição dos 2, iniciaremos o questionamento, sendo que o primeiro a fazer a questão será, evidentemente, o ilustre Relator, Deputado Paulo Pimenta.

Lembro àqueles que queiram inscrever-se que, por favor, venham aqui à Secretaria e registrem a sua disposição de fazer questionamentos.

Com a palavra o nosso primeiro convidado, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário-Executivo do PRONASCI.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Muito obrigado, Presidente da Comissão, nosso Deputado Raul Jungmann, que esteve acompanhando uma missão do Ministério da Justiça em Madri, quando lá tivemos um seminário sobre educação prisional, que compõe o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Portanto. Fico muito à vontade aqui na sua presença, haja vista o seu conhecimento acerca do Programa Nacional, do PRONASCI.

Agradeço-lhe o convite, Deputado. Agradeço também ao Deputado Relator, companheiro Deputado Paulo Pimenta.

Cumprimento o nosso Secretário Nacional de Segurança Pública, que nos acompanha cotidianamente nessa luta que travamos contra a violência urbana; o Plenário; todos os Deputados e Deputadas; a imprensa; e os nossos coordenadores e diretores, também, do Ministério da Justiça.

Venho a convite da Comissão para, em rápidas linhas, apresentar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI, do qual, orgulhosamente, sou Secretário-Executivo.



Venho com disposição para apresentá-lo, uma vez que esse tema vem sendo uma preocupação central do Ministério da Justiça, sob a orientação do nosso Ministro Tarso Genro.

Quando nós apresentamos o PRONASCI ao País, em agosto de 2007, no dia 20 de agosto de 2007, nós o fazíamos, invariavelmente, de fato, falando 20 minutos. Depois que o programa se consolidou, ao longo das suas intervenções, em todo o País, nós passamos a ter uma dificuldade imensa, Srs. Deputados, de falar sobre o PRONASCI nesse tempo tão exíguo. Mas faremos um esforço para que isso se estabeleça aqui com êxito.

A principal preocupação do Ministro Tarso, em agosto de 2007, era exatamente apresentar um programa que pudesse recolher a experiência do primeiro mandato e, portanto, todo o trabalho desenvolvido na instituição do SUSP, Sistema Único de Segurança Pública, todo o esforço que a equipe do Ministério da Justiça, sob o comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos, fizera naquele primeiro mandato, e, a partir daí, avançar de forma significativa, de tal maneira a incidir diretamente na violência urbana.

Para tanto, o Ministro propôs — obviamente, o Presidente que o fez formalmente — ao Congresso Nacional uma lei que instituísse o programa. E nessa lei nós já tínhamos como referência os 11 territórios mais violentos, os 11 territórios mais complexos, no que diz respeito ao seu desenvolvimento socioeconômico, ao seu desenvolvimento humano e, obviamente, no que diz respeito aos índices de violência.

Então, 11 regiões metropolitanas foram indicadas pela lei do PRONASCI, inicialmente. Lei essa que foi aprovada por unanimidade nas 2 Casas — tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado —, o que também nos faz, aqui, agradecer aos Deputados pela compreensão que tiveram sobre o tema e a necessidade de responder a eles.

O PRONASCI tentar superar uma dicotomia antiga, ainda vigente, no tema da o segurança pública no País.

Por muito tempo, nós escutamos dizer que, para resolver a violência, para enfrentá-la de forma adequada, era preciso, cada vez mais, qualificar as nossas polícias; que nós tínhamos de ter mais armamentos, mais punições, mais coletes,



mais repressão. Isso, inclusive, encontrando eco na sociedade brasileira, por vezes. E nesse ponto primeiro, nesse tomo primeiro da dicotomia, nós tínhamos, e temos, uma visão conservadora de segurança pública, que defende, sim, mais repressão. E me arriscaria a dizer que essa visão ainda é hegemônica e que o esforço que o PRONASCI faz é exatamente para a superação dessa visão, com um novo paradigma. Para superar essa visão, nós prestamos muita atenção no outro tomo, no outro aspecto central.

Muitos acadêmicos, muitos estudiosos, muitos intelectuais, muitos policiais passaram a dizer, nos últimos 10 anos, que, verdadeiramente, resolver segurança pública seria avançar em ações sociais. Mais ações sociais, mais emprego, mais saúde, mais educação. É uma visão, portanto, progressista., se considerarmos a primeira conservadora.

A visão que o PRONASCI institui não é a exclusão de um e outro, um ou outro, mas a articulação de ambas. Por quê? Porque o Brasil não se encontra, ainda, num estágio em que se possa afirmar que há pleno emprego; todos, rigorosamente, estão estudando; todos têm pleno acesso à saúde. Ou seja, não chegamos nesse estágio ideal de sociedade, ainda. Somos um país em desenvolvimento.

O PRONASCI, portanto, articula ações de segurança pública e ações sociais de caráter preventivo. Essa é a inovação conceitual do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Enxerga, de fato, a necessidade de agirmos na prevenção para, verdadeiramente, reduzirmos os índices de violência e reduzirmos os índices de intervenções repressivas de parte do aparato policial.

Então, se é verdade que o PRONASCI inova do ponto de vista conceitual, ou pelo menos busca incessantemente inovar a partir desse conceito e instituir de fato um novo paradigma, é verdade também que inova do ponto de vista da gestão.

Por que inova do ponto de vista da gestão? Há um traço central do PRONASCI que precisa ser referido, porque é a partir desse traço que nós conseguimos fazer com que o PRONASCI cada vez mais seja uma ação de Estado e cada vez menos seja uma posição exclusivamente de governo.

A nova relação federativa proposta pelo PRONASCI é tão inovadora quanto o seu conceito. Por quê? Porque nós sabemos que a prerrogativa constitucional é dos



Estados. Os Estados é que respondem. O nosso Secretário, cotidianamente, é abordado pelos Governadores, estabelece essa relação, porque são os Governadores, são os Governos Estaduais que, constitucionalmente, têm de responder sobre o tema da segurança. Não é exatamente a União, tampouco o Município.

O que propõe o PRONASCI? O PRONASCI inova nesse medida. Por quê? Porque faz com que a União, o Governo Federal... E foi isso que disse o Presidente Lula, foi isso que disse o Ministro Tarso Genro, no dia 20 de agosto de 2007, quando lançaram no País o PRONASCI. Disseram que o Governo Federal quer partilhar da busca da solução para conter a violência e a criminalidade. Portanto, de fato, é a primeira vez, muito claramente, que o Governo Federal do Brasil se posiciona dizendo: *“Nós queremos participar da busca da solução”*.

Nós escutávamos — e os senhores e as senhoras sabem disso — que... Nos mais diversos momentos da vida brasileira, nos mais diversos processos eleitorais, nós escutávamos Governadores responsabilizando Presidentes; Presidentes devolvendo aos Governadores; os Governadores, por sua vez, dizendo que não tinham o engajamento nem a participação dos Municípios; os Prefeitos tentando responder de alguma maneira a todo esse quadro de dificuldades. Mas, na verdade, o que ocorria, em resumo, era o Prefeito colocando na conta do Governador; o Governador, na do Presidente; o Presidente devolvendo. E agora, com o PRONASCI, nós temos uma oportunidade, porque estamos estabelecendo uma nova relação federativa, em que o Estado tem a exata dimensão da sua responsabilidade, em que o Presidente afirma que quer partilhar da solução. E mais (aí, sobretudo, uma inovação significativa): tendo os Municípios como novos atores na ação de segurança pública no País.

Portanto, as 3 esferas da Federação estão absolutamente integradas na ação de combate à violência. E é extraordinário aqui afirmar que nós temos a participação efetiva da cidade de São Paulo, com o DEM, com o Prefeito Kassab; temos uma participação efetiva do Governo Cabral, que é do PMDB; temos, em Alagoas, uma parceria, necessária para aquele Estado, com o Governador Teotônio Vilela, do PSDB. Nós temos, hoje, rigorosamente, uma ação integrada, em que há uma nova



relação federativa, buscando uma solução para combater a violência e a criminalidade.

E por que eu disse que essa era uma inovação de gestão? Porque criamos um espaço de gestão onde todas as esferas estão integradas, que são os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, inspirados que fomos no Gabinete de Gestão Integrada Estadual, originário do SUSP, no primeiro mandato.

Agora nós temos gabinetes onde a Polícia Militar tem assento, a Polícia Civil tem assento, onde a Polícia Federal está presente, onde a Polícia Rodoviária Federal está presente, onde o Governador indica seus representantes, onde o Prefeito indica seus representantes e onde, portanto — repito —, as 3 esferas da Federação comungam de decisões a respeito de projetos a serem acessados junto ao Ministério da Justiça, junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, junto ao Departamento Penitenciário Nacional e junto a todas as Secretarias que horizontalmente estão articuladas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Se o PRONASCI, então, de uma parte, inova do ponto de vista conceitual e, de outra, inova do ponto de vista da relação federativa, é verdade também que ele é um desafio muito grande na sua gestão. Por quê?

O Programa foi apresentado com 94 projetos e ações — 94 projetos e ações. E, aí, há um ponto que é complexo, porque a União, de fato, não pode e não deve gerir diretamente a ação ou aquele projeto: descentraliza para o Estado e descentraliza para o Município — daí, de novo, a importância da relação federativa.

Agora, é importante dizer que, assim como é novidade o conceito, como é novidade essa relação federativa, é novidade também informar que o novo orçamento para a segurança pública do País é um orçamento que não tem par na nossa história. Nós tínhamos, no Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Segurança Pública: perto de 300 milhões/ano — começou, na prática, com 180 milhões; 200, 300 milhões. Nós tínhamos o Fundo Penitenciário Nacional: outros 200 a 300 milhões. Nós tínhamos perto de 400, 500, 600 milhões no limite para investimentos nessa área.

Com o advento do PRONASCI, o Presidente determinou um orçamento de 1 bilhão e 406 milhões/ano. São 6 bilhões e 707 milhões nos 4 anos. Serão perto de



10 bilhões de reais investidos em segurança pública no País, porque, se somarmos os 2 Fundos ao orçamento do PRONASCI, estamos investindo perto de 2 bilhões de reais/ano em segurança pública no País — a partir, é bem verdade, do PRONASCI.

Então, o que significa isso? Uma oportunidade de fato, uma oportunidade real, concreta, em que todos os Estados e Municípios, a despeito de sua coloração partidária, estão absolutamente engajados e comprometidos a partir de um convênio de cooperação federativa assinado entre o Ministro e o Governador, ou entre o Ministro e o Prefeito. E isso nos autoriza afirmar que o Programa terá êxito em todo o País, como vem tendo êxito em diversas áreas de atuação no nosso Brasil, como quero aqui referir.

O PRONASCI, no seu cotidiano, na vida, se concretiza, se realiza a partir do Território de Paz. O Território de Paz, na verdade, do ponto de vista também conceitual, é um território de conflito; ele não é ainda um território de paz, ele é um território conflagrado. Esse território em conflito passa a se chamar Território de Paz como um programa central do PRONASCI no momento em que ele articula um conjunto de ações que, simultaneamente, chegam a determinada região. Vou dar um exemplo concreto.

Santo Amaro, Recife, Pernambuco: o primeiro Território de Paz lançado no Brasil. Lá, em 2 de dezembro de 2008, Presidente, Ministro, Governador e Prefeito, juntos, instalaram o Território de Paz na Grande Recife. Como isso se dá? Citarei alguns projetos que chegam simultaneamente àquela região e, portanto, em conjunto instituem o Território de Paz.

Instala-se o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, liberam-se recursos para a instalação de central de inteligência com vídeo-monitoramento, avança-se para a instituição de Núcleo de Justiça Comunitária, portanto uma possibilidade real de atendimento jurídico a famílias de apenados, a apenados.

E aqui faço um parêntesis importante: no PRONASCI também temos os estabelecimentos penais especiais para jovens, visando verdadeiramente o processo de reintegração e de reinserção social desses jovens. Ainda neste parêntesis, cabe lembrar que hoje a população carcerária do País, que está na casa de 470 mil apenados, tem 76% de jovens entre 18 e 29 anos, e, desses 76% de jovens entre 18 e 29 anos, praticamente 80% deles reincidem transitando pelo



sistema carcerário tradicional. Portanto, se queremos verdadeiramente reverter o quadro da insegurança, da violência e da criminalidade, precisamos igualmente incidir no sistema prisional brasileiro. E o PRONASCI o faz através dos novos estabelecimentos penais especiais para jovens e femininos.

Quando faço esse parêntesis, faço-o para lembrar que o jovem é foco central da nossa ação: de um lado, o policial, de outro, o jovem — o policial aqui tomado de forma mais abrangente, o profissional de segurança pública, que inclui o agente penitenciário, o bombeiro, o policial militar, o policial civil. E nesse Território de Paz, onde tem o GGIM, onde tem o vídeo-monitoramento, onde tem central de inteligência, terá — e tem também, como no caso de Santo Amaro, Recife — postos de policiamento comunitário que são instituídos a partir de uma nova visão que está sendo trabalhada e articulada a partir da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, que tem no Dr. Ricardo Balestreri o seu principal responsável, como inspirador do processo, e tem na nossa Juliana Barroso a grande gestora.

Isso não é menor dizer, sabem por quê? Esses policiais que são designados para o policiamento comunitário são policiais formados nessa Rede, que tem 66 instituições de ensino superior, com 83 cursos: graduação, educação à distância, especialização, chegando a mestrado.

Se existe, Deputado Pimenta, um aspecto revolucionário no PRONASCI, eu não tenho dúvida em afirmar que esse aspecto é rigorosamente a geração de uma nova inteligência capaz de enfrentar o crime e a violência. Se nós formos hoje a uma biblioteca, eu os desafio a encontrar 10 ou 15 volumes sobre o tema da segurança. E, se quiserem convidar intelectuais e estudiosos para tratar do tema aqui na Comissão, terão de convidar sempre os mesmos 7 ou 8 que tem no País inteiro — o que não é demérito deles, obviamente, mas é uma lacuna muito séria da Nação brasileira.

E a RENAESP cumpre esse papel de forma extraordinária, e esses policiais, uma vez formados, estudando conosco, são designados para esses efetivos. Quem certamente convive muito em Brasília com certeza se depara com esses postos de cor verde e branca, financiados pelo PRONASCI, tanto intelectual quanto financeiramente, de fato. Esses postos são espaços, postos comunitários, são o



enraizamento dessa visão de polícia de proximidade naquela área de conflito, oferecendo, portanto, uma nova relação com a comunidade.

Então, esse policial se forma, estuda, ele é valorizado a partir daí, e ele ainda recebe uma bolsa na contrapartida do seu estudo. E aí tem o projeto bolsa-formação. Hoje, nós temos 169 mil policiais recebendo a bolsa. Isso é um investimento na casa de 70 milhões/mês, exclusivamente para a valorização dos policiais.

No Rio de Janeiro, nós temos, aproximadamente, 30 mil policiais recebendo a bolsa. Na Bahia, que é o segundo Estado, nós temos 14, 15 mil. Em Pernambuco, que é o terceiro, nós temos outros 13 mil. No Rio Grande do Sul, que é o quarto Estado, nós temos perto de 12.500. Ou seja, são 169 mil policiais recebendo uma bolsa que, por vezes, senhoras e senhores, significa até 50% de aumento salarial. Um policial militar, no Rio de Janeiro, que perceba 850, 900 reais, recebe agora uma bolsa de 400.

Então, Deputado Itagiba, essa ação que estamos desenvolvendo rigorosamente a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é uma ação em conjunto com todos os Governos de Estado e com todas as Prefeituras, e merece o elogio à relação federativa que estamos instituindo. Porque o Governo Federal não se pretende, em hipótese alguma, com o projeto federal. Ele é um projeto que começa federal e chega federativo tanto ao Estado quanto ao Município.

Então, nós temos 169 mil policiais recebendo; nós temos, portanto, um aumento efetivo do salário desses polícias na casa de 40% a 50%. É uma possibilidade concreta de designá-lo a atuar naquela área de conflito que é o Território de Paz.

Gabinete de gestão integrada, central de inteligência, vídeo-monitoramento, núcleo de justiça comunitária, com atendimento jurídico, como referi, posto comunitário policial, um novo policial com essa visão de polícia de proximidade, formado na RENAESP e recebendo a bolsa.

E temos ainda as ações articuladas com a comunidade: o Projeto Mulheres da Paz. Mulheres lideranças comunitárias percebem uma bolsa de 190 reais, são capacitadas como mediadoras sociais e passam a dirimir conflitos naquela região,



porque são autoridades locais reconhecidas, são lideranças locais acolhidas e compreendem todas as relações comunitárias que ali se estabelecem. E essas Mulheres da Paz — como o Presidente gosta de dizer, as Mães da Paz — são verdadeiras instituições nesses terrenos.

No livro *Vidas Arriscadas*, nós temos um depoimento extraordinário sobre a força que uma mulher, mãe, tem diante do traficante. Uma mãe chega lá na esquina, identifica o jovem mula, o jovem aviãozinho, e o retira daquela condição, enfrentando o traficante, que não se coloca em enfrentamento diante de uma mãe — já há estudos sociológicos nesse sentido.

Portanto, o Projeto Mulheres da Paz, que integra a comunidade à ação policial, sintetiza a importância do engajamento cívico do cidadão e da cidadã. Essa Mulher da Paz, por sua vez, identificando esse jovem, não o retira da esquina e o leva para casa, simplesmente; leva-o para o PROTEJO — projeto para jovens em território de descoesão social, e esse jovem receberá uma bolsa de 100 reais, esse jovem terá espaço de cultura através dos pontos de cultura, terá espaço de esporte através da praça da juventude, terá um resgate da sua educação, primeiro estudando direitos e deveres — não vai voltar para a escola imediatamente, porque lá na escola ele já quebrou vidraça, ele já brigou com o colega... Ele vai resgatar primeiro sua condição cidadã, e depois seguirá um percurso social informativo.

Em última análise, o Território de Paz concretiza e realiza o PRONASCI. E para confirmar o que estou dizendo e encerrar essa intervenção, Sr. Presidente, eu passo aqui aos senhores uma informação, e posso disponibilizá-la, obviamente, à Comissão, sobre os índices apurados pela Fundação Getúlio Vargas, que instituiu, junto ao Ministério da Justiça, o SIMAP — Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONASCI, que acompanha toda a tramitação interna, desde o processo de convênio à liberação de recursos e execução desses recursos lá na ponta. E, ao acompanhar essa execução, acompanha também os impactos que os projetos vêm oferecendo àquela comunidade.

Em Santo Amaro, para os senhores terem uma noção, a Fundação Getúlio Vargas afirma que 66% da população é categórica em dizer que melhorou com a chegada do Território de Paz. É uma primeira avaliação sobre percepção de segurança. Como diz o Ministro Tarso, e aqui repito, nós não somos ingênuos para



afirmar que em 8 meses reduzimos drasticamente índices de violência. Mas fica claro, através do estudo e da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que o PRONASCI aponta um caminho seguro para reverter o quadro de violência e criminalidade de todo o Brasil.

Essa primeira pesquisa aponta, também, que 60,44% consideram que melhorou no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, especialmente na Nova Brasília, que é uma das favelas, uma das comunidades do Complexo do Alemão.

Com esses 2 exemplos, eu encerro afirmando que esta Comissão tem um compromisso extraordinário com a Nação brasileira ao abordar um tema que não terá solução a curto prazo, que só terá mudança efetiva a médio e longo prazo e que se realizará com êxito, a Comissão, se compreender também que essa relação federativa que o PRONASCI propõe é central para uma mudança de paradigma no País nessa área.

Nós queremos reiterar o agradecimento ao convite, reiterar o agradecimento à votação majoritária que esta Casa concedeu à Lei do PRONASCI, e afirmar que o Ministério da Justiça tem convicção de que vivemos todos, a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, uma grande oportunidade para mudarmos o paradigma da segurança pública do País.

Obrigado, Deputado Raul Jungmann. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Nós é que agradecemos ao ilustre convidado, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário-Executivo do PRONASCI, e indagamos se o senhor poderia disponibilizar para esta Comissão os dados da FGV e outros dados que o senhor utilizou a respeito do PRONASCI e de seu desempenho, que para nós seriam um insumo importante.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Passo a palavra, de imediato, ao nosso segundo convidado, Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública, de longa vivência com os problemas e busca de soluções para a questão da segurança e da violência no nosso País.

V.Sa. dispõe de 20 minutos para fazer suas considerações.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar a todos e todas, em primeiro lugar, dizendo que me sinto muito



honrado com o convite e particularmente honrado em dividir esta Mesa com 2 Parlamentares que eu admiro profundamente, Deputado Raul Jungmann e Deputado Paulo Pimenta, e também em dividir esta Mesa com meu queridíssimo amigo, colega de trabalho, Prof. Ronaldo Teixeira. Cumprimento a todos.

Quero dizer, inicialmente, que a importância desse diálogo é fundamental, porque o problema da segurança pública é um problema fundado na complexidade e exige, para sua solução, uma análise complementar de múltiplos olhares; exige múltiplas soluções e exige a participação de múltiplos atores.

Por isso, é fundamental que o Parlamento brasileiro, que o Poder Legislativo brasileiro realmente venha se enfronhando profundamente nessa discussão, para que nós realmente possamos, talvez, dar um passo adiante na solução.

E quero dizer que, quanto a isso, Srs. Deputados, eu não sou pessimista. Acho que podemos dar um passo adiante e deixar, seguramente, como já vínhamos fazendo, uma herança diferente no campo da segurança pública brasileira.

Quero preveni-los de que a minha fala será mais eminentemente técnica, pelo cargo que exerço, mas não será uma fala, digamos assim, estatística. Vou procurar não fazer uma fala tecnocrática, no sentido estatístico, seguindo a mesma linha do brilhantismo e do didatismo do Prof. Ronaldo Teixeira.

Quero dizer, inclusive, que nós, do ponto de vista estatístico, precisamos compor soluções melhores para que a Nação brasileira conheça a segurança pública.

Acompanhei o depoimento anterior que foi dado aqui, e uma das afirmações que foi feita é que realmente tínhamos uma carência em termos de dados estatísticos no Brasil. Temos uma carência histórica de dados estatísticos no Brasil. Fazemos um enorme esforço para a supressão dessa carência, mas ela está posta, até porque, neste País, nunca tivemos, até hoje, uma pesquisa nacional de vitimização que nos coloque no mesmo patamar, no mesmo panteão das nações desenvolvidas.

O Brasil, hoje, quando senta nos foros da ONU com as demais nações, ainda passa vergonha do ponto de vista estatístico, porque ele não tem uma pesquisa nacional de vitimização. E para que não pareçamos incoerentes, pois compor essa



pesquisa não é fácil — estamos há muitos meses nesse processo de composição —, tenho boas notícias inicialmente a dar.

Neste momento já fizemos o processo licitatório para os órgãos de pesquisa e estamos num processo de diligência com as empresas primeiro classificadas, para que a gente possa, possivelmente, entre janeiro e fevereiro, começar a ir a campo com a primeira pesquisa histórica nacional de vitimização no Brasil. Ela sim nos trará dados mais seguros sobre o que tem ocorrido na segurança pública brasileira.

Os dados que temos hoje são dados obtidos fundamentalmente em boletins de ocorrência. O *gap* internacional que temos eleva esse tipo de dado a uma condição de pouco rigor científico. É um *gap* que pode chegar a uma diferença de 18 vezes em relação à realidade no mundo inteiro. E muito mais no Brasil, onde esses processos de boletins de ocorrência funcionam muito mal, como vimos ontem na matéria do *Estado de S. Paulo*, realizada pelos jornalistas investigativos no Estado de São Paulo, que tentaram, se não me engano, em 93 distritos policiais, registrar ocorrência, praticamente sem sucesso. Então, aqui no Brasil, realmente, fundar dados em cima de boletins de ocorrência é desastroso.

Precisamos ter essa coragem histórica que estamos tendo, na própria parecia com o PRONASCI, de avançar para a primeira pesquisa nacional de vitimização. E até em função disso vou me furtar a fazer uma fala mais burocrática ou tecnocrática, em cima de estatísticas, e procurar fazer uma fala um pouco mais analítica.

Isso significa que nós podemos pensar um pouco mais, inclusive, sobre os processos de parceria possíveis entre a Câmara dos Deputados e a gestão da segurança pública. Estou aqui diante de 2 Deputados que conhecem profundamente e são influentes no campo da segurança pública brasileira. Saúdo, em nome deles, os demais Parlamentares presentes. Vejo aqui que eles também têm uma intervenção fundamental nessa área. Quero, então, fazer uma fala mais propositiva e mais analítica nesse sentido, trazendo um pouco do nosso percurso histórico.

Tenho 20 anos de trabalho no Brasil inteiro, no campo da segurança pública. Então, obviamente, vou fazer uma fala que traz alguns elementos de conhecimento pessoal. Mas esses elementos são rigorosamente fundados também naqueles documentos que o Governo Lula já acumulou na área da segurança pública. Não



começamos a fazer segurança pública agora, em que pese o PRONASCI ter sido o grande salto histórico de qualidade na área da segurança pública.

Já em 2003 tínhamos, além do programa de Governo do Presidente, o grupo de arquitetura do SUS funcionando. Tive a honra de participar desse grupo, que produziu um documento de mais de 500 páginas, detalhado, sobre a segurança pública no Brasil.

Temos um Plano Nacional de Segurança Pública. Tivemos o segundo programa de Governo do Presidente Lula. Temos também a Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a sua Conferência Nacional de Direitos Humanos, debruçando-se muito fortemente sobre o tema da segurança pública. Temos aí também conclusões governamentais.

Vou procurar dar um enfoque muito particular naquilo que poderia ser um programa de parceria entre o Executivo e o Legislativo, no sentido de fazer avançar a questão da segurança pública no Brasil.

O único dado estatístico que gostaria de dar é aquele que é inquestionável, porque tem cruzamento com os dados do DATASUS, e esse dado é que nos leva a perceber que vivemos e somos filhos e filhas de um país que detém o índice de mais de 45 mil homicídios por ano. Portanto, uma grande tragédia no contexto internacional.

Gosto de ilustrar com coisas singelas. Esses dias, Deputado Pimenta, reuni-me com o chefe de polícia de Israel e, valendo-me da ajuda de um tradutor, precisei afirmar 3 vezes para o chefe de polícia de Israel que temos mais de 45 mil homicídios por ano. Ele colocava isso na conta de um problema de tradução. Ele não podia acreditar que fosse isso. E, no fim, ficou pautado que era isso realmente.

Por que cito aqui o exemplo? Porque tratando com o chefe de polícia de Israel estou tratando com o chefe de polícia de um país que vive permanentemente em guerra. Então, é absolutamente escandaloso esse índice de homicídio que temos no Brasil, e esse, sim, absolutamente comprovável também através do cruzamento de dados com o próprio DATASUS.

Quero afirmar que vivemos, sem dúvida alguma, no País, uma cultura da morte e uma banalização do processo da morte. O Ministro, às vezes, nas reuniões



se refere a isso como a estética da violência. Vivemos neste País uma estética da violência, uma banalização absoluta da própria vida, que é o valor maior.

Estou citando essa aparente obviedade para dizer o seguinte: se a vida está banalizada, ou se a morte, digamos assim, pelo negativo, está banalizada, obviamente, tudo aquilo que vem como decorrência, tudo aquilo que vem depois da vida ou tudo aquilo que vem depois da morte também está banalizado neste País, no campo da segurança pública.

Então, não é nem preciso, Deputado Pimenta, nós citarmos outros índices: sequestros, furtos, roubos. Obviamente, se temos uma cultura que produz mais de 45 mil homicídios por ano, todo o resto, o que vem no roldão, o que vem no rabo desse foguete, por conseguinte, trará consequências similares.

Nesse sentido, preciso lembrar que isso tem uma profunda correspondência aos danos relacionados a fatores de desenvolvimento no Brasil. O Prof. Nardo, com muita inteligência, desde o início, valorizou muito essa questão no PRONASCI, a correspondência entre segurança pública e desenvolvimento ou entre insegurança pública e subdesenvolvimento.

Arriscaria afirmar o seguinte: se nós não resolvermos — e não diria a longo prazo, mas a médio prazo — os maiores dramas de segurança pública do Brasil — essa é uma afirmação um pouco pesada, mas quero fazê-la de forma transparente —, se nós não resolvermos a médio prazo os maiores dramas da segurança pública neste País, estaremos condenando o Brasil ao subdesenvolvimento.

Não é possível haver desenvolvimento onde não há uma ambiência que permita uma educação de qualidade — eu já disse isso aqui nesta mesma Casa —; onde não há ambiência que permita o livro ensinar e o livre aprender; onde não há ambiência que permita o empreendedorismo econômico popular; e onde não há ambiência que permita a formação de redes de engajamento cívico, de articulação cívica popular.

Esses 3 elementos, não respeitados pelos dramas da segurança pública, da criminalidade cotidiana, desses territórios muitas vezes dominados, aos quais se referia o Prof. Ronaldo Teixeira, eles são impeditivos ao desenvolvimento nacional.

Sempre digo que torço para as autoridades públicas nacionais todas perceberem a correlação absolutamente direta entre insegurança pública e



subdesenvolvimento, porque quanto maior for essa percepção, Prof. Ronaldo Teixeira, maiores serão as inversões, os investimentos que este País fará na segurança pública. E quanto menor, obviamente, for essa percepção, mais luta vamos precisar fazer anualmente para maiores investimentos na área da segurança.

O Prof. Ronaldo também já havia dito, e eu, *en passant*, quero lembrar que é claro que a grande gênese da insegurança pública é essa fórmula perversa de injustiça social, e não de pobreza.

Este País, lamentavelmente, é um país que ainda criminaliza os seus pobres, já tão sofridos, mas, de maneira geral, heroicamente honestos. Eu sempre digo que se pobreza gerasse criminalidade, a cidade do Cairo, com mais de 14 milhões de miseráveis, seria uma das mais violentas do planeta, e é uma das mais seguras.

Então, obviamente, a injustiça é que gera a criminalidade, somada a essa cultura de consumismo, essa verdadeira religião do consumo, aquilo que um dos autores hoje em voga tem chamado de “*a era do vazio*”, a era do vazio existencial, do vazio preenchido pelo consumo, e da injustiça social, num país como o Brasil, periférico, dependente da cultura consumista norte-americana, significa, de maneira muito concreta — não estou aqui fazendo sociologismo —, prometer o paraíso do consumo a todos e entregá-lo a uma ínfima minoria. Isso gera ressentimentos, isso gera conflito social, isso gera insegurança pública. E é por isso que insegurança pública está relacionada, sim, à injustiça e não à pobreza. São as grandes diferenças na distribuição de renda, somadas à cultura da era do vazio, à cultura do consumismo, que geram o fenômeno da insegurança.

Mas eu quero poupá-los de qualquer reflexão sociológica. Eu tenho obrigação de fazer aqui uma reflexão como gestor de segurança e serei muito pé no chão e muito concreto.

Em primeiríssimo lugar, gostaria de falar sobre a raiz do fenômeno da insegurança pública, pensando aqui a segurança pública como um sistema que nós precisamos administrar.

A raiz primeira da insegurança pública, no mundo contemporâneo, está ligada ao chamado crime organizado. Eu tento sempre recomendado a obra do Dr. Moisés Naím, ex-diretor do Banco Mundial, chamada *Ilícito*, em que ele nos surpreende com dados, entre outros, aquele de que em torno de 20% a 25% da economia planetária,



de forma direta ou indireta, pode estar ligada ao crime organizado. Isso pode significar, Deputado, um quarto praticamente da economia do planeta.

Então, obviamente, o fenômeno do crime organizado hoje está na raiz da insegurança pública. Nem toda insegurança pública é crime organizado, mas toda insegurança pública se alimenta da cultura de morte, perpetrada e banalizada pelo crime organizado.

E eu preciso aqui fazer uma diferença técnica que, neste País, a própria mídia, em geral, tem dificuldade de fazer, mas uma Casa como esta e uma Casa como a nossa precisa conhecer de perto. É a diferença entre crime organizado e organizações delinquentes.

Neste País, nós confundimos as organizações delinquentes — os PCCs, os Amigos dos Amigos, os Comandos Vermelhos — com o crime organizado. Obviamente, essas organizações delinquentes têm que ser combatidas com vigor e com rigor, mas elas são meramente as empregadas de ponta do crime organizado, são um dos segmentos do crime organizado, que é o crime relacionado às drogas.

Por que nós precisamos saber essa diferença? Para combater o crime organizado onde ele tem sua raiz. E ele tem sua raiz invertida. Ele tem a sua raiz em cima, e não embaixo. A raiz do crime organizado não está nas favelas, nem nos presídios brasileiros. É incrível repetirmos uma obviedade dessa, mas é uma obviedade que o País esqueceu. A raiz do crime organizado não está nas favelas nem nos presídios; a raiz do crime organizado está nas instituições mais glamourosas e mais elegantes, públicas e privadas deste País e do mundo. Então, é preciso que a gente faça essa diferença, para que a gente, a par do combate às organizações delinquentes, intensifique profundamente a repressão qualificada também ao crime organizado, lá onde ele tem a sua sede ou lá onde ele se umbilica, que é exatamente nos segmentos mais sofisticados da sociedade.

Ora, o crime organizado tem uma das suas formas na questão da droga, mas tem por exemplo também no roubo de carretas, no roubo de cargas, no tráfico de seres humanos, na lavagem de dinheiro, que sempre acoberta tudo isso, e assim por diante.



E aqui eu começo a deixar muito claro isso que eu chamava de uma fala pé no chão e, como me toca, como Secretário Nacional de Segurança Pública, digamos assim, destacando muito também a questão da repressão qualificada.

Nós precisamos ter todas as políticas de prevenção, mas não podemos abandonar também as políticas, como muito bem trouxe o PRONASCI, na fala do Prof. Ronaldo, de repressão qualificada. E é preciso dizer qualificada, porque repressão neste País sempre existiu, mas sempre foi uma repressão muito pouco qualificada e sempre muito fundada na velha lógica de conter os pobres e proteger os ricos.

E esse discurso não tem nenhum ranço ideológico. É um discurso meramente de uma constatação histórica de sob que signo se deu a construção da insegurança pública no Brasil.

Então, pensando na questão do crime organizado e, particularmente, do comércio de drogas, nós precisamos lembrar que esse crime organizado gera para o País uma cultura de criminalidade, onde se alimentam, como eu dizia, mesmo as atividades criminosas desorganizadas. Quer dizer, nós criamos uma cultura nacional de banalização da violência e da morte. E, nessa banalização, se nutrem inclusive as atividades não organizadas do crime.

É por isso que nós temos que ter um foco muito claro. Se nós queremos reduzir o fenômeno...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ricardo...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...só para eu acompanhar o seu raciocínio, eu queria que o senhor caracterizasse um pouquinho melhor. Quando o senhor falou em organizações delinquentiais, o senhor citou exemplos. Quando o senhor se refere a crime organizado no Brasil, por exemplo, o senhor identificaria de que maneira, para a gente poder compreender melhor?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Muito bom, muito bom, Deputado.

O crime organizado, se nós acreditarmos naquilo que nos diz Moisés Naím, sendo ele a atividade mais lucrativa presentemente no planeta, e o Brasil, infelizmente, estando inserido a pleno nesse contexto... Nós temos hoje quase todas



as organizações mafiosas representadas atuando no nosso País, algumas, inclusive, de aparência inocente, como é aquela inocente aparência do jogo do bicho, com as caça-níqueis etc., que tem fundamentos lá na máfia italiana, enfim, que está espalhada no mundo inteiro e que no Brasil toma, por exemplo, esse formado.

Mas o crime organizado tem — a sua pergunta é muito interessante —, obrigatoriamente, características internacionais, ele tem características de elite, ele não transaciona diretamente droga.

Quando nós tomamos, por exemplo, o Fernandinho Beira-Mar, que assusta o Brasil inteiro — e ele é assustador mesmo, pelo poder que tem, pelo recurso que tem, pela opressão que representou sempre na sua intervenção —, nós não estamos falando de liderança de crime organizado. Nós estamos falando tecnicamente de transportador continental de drogas, sequer de transportador intercontinental de drogas.

Então eu sempre brinco um pouco com as palavras, dizendo que o furo dessa história não é mais embaixo; o furo é muito mais em cima. Não há atividade de crime organizado que se sustente sem leniência de poderes públicos e privados e sem o processo da corrupção.

A corrupção é fundamental para a atividade do crime organizado, e o crime organizado é, por definição, uma atividade de elite. O líder do crime organizado é alguém que não toca em droga, não transporta droga. Ele pega, em geral, o seu jatinho particular, vai transacionar normalmente, de maneira poliglota, com muita habilidade empresarial. Ele vai transacionar em alguns pontos conhecidos do planeta: Miami é um deles; Amsterdam, por exemplo, é outro. Então é gente que normalmente...

Quando nós estamos lá na sala de nossa casa, assistindo à prisão de um suposto líder, por exemplo, do crime organizado, como eu me lembro que assisti à prisão do Elias Maluco... Eu olhei para a triste figura do Elias Maluco, sem camisa, com bermudão quase caindo, mal sabendo se expressar e, ironizando, cheguei à conclusão de que essa atividade deve estar dando pouco dinheiro no Brasil ou que eles devem ter alguma opção preferencial pelos pobres.

Então, obviamente, esses que nós vemos no dia a dia da nossa mídia são a cobertura, são a cortina de fumaça que esconde a real atividade do crime



organizado, que é muito maior em potência, em articulação e representatividade, em praticamente todos os segmentos da vida nacional.

É importante que a gente tenha claro isso para saber onde o combate... O combate não tem, Deputados, que ser feito apenas nas favelas. Tem que fazer nas favelas também, porque esses criminosos, as organizações delinquentiais que lá estão oprimem o povo pobre que vive nas vilas e favelas brasileiras. Mas é preciso que o combate seja feito, na mesma intensidade, nos bairros chiques, nas mansões, onde se encontram, sim, os líderes da atividade criminosa organizada.

Isso não é uma fala rançosa, ideológica, de ataque, digamos, coletivo à elite brasileira. Não estou aqui afirmando que a elite, no seu conjunto, seja responsável pela atividade criminosa; quero deixar bem pautado e bem claro. Estou dizendo que a atividade criminosa organizada é obrigatoriamente, pela sua sofisticação, uma atividade de elite.

Esse é um discurso que eu acho que muito pouca gente... Eu não me vanglorio disso, mas eu acho que eu tenho obrigação. Esse é um discurso que eu acho que muito pouca gente tem coragem de fazer de maneira aberta. Porque nós, sempre, de alguma maneira, acabamos endossando, ou a maioria das pessoas acaba endossando, a cortina de fumaça midiática, os discursos formais etc. E é preciso que a gente tenha coragem de avançar para perceber a potência, como eu disse, e a articulação do crime organizado, que vai muito além dessas organizações que nós vemos lá na ponta fazendo as vendas. Esses são os gerentecos. Ricos, poderosos, opressores, mas esses que nós vemos diariamente na televisão, de maneira geral, são os gerentecos dos pontos de venda do crime organizado. E é preciso combatê-los com muito rigor, mas é preciso saber que não se esgota neles o problema.

Eu quero, com isso, também de maneira muito prática, dizer o seguinte: o que sustenta o crime organizado e as organizações delinquentiais são as armas longas, particularmente no Brasil, com todo o ingresso que tivemos no Brasil dos fuzis 762. Não haveria atividade delinquential organizada no País ou crime organizado que se sustentasse sem o apoio das armas longas.

No final eu vou falar de algumas questões relacionadas a proposições e quero já fazer um desafio a nós mesmos, do Ministério da Justiça, e a esta Casa:



precisamos pensar urgentemente maneiras de sobrepenalizar a posse de armas longas.

Eu sei que os que têm formação jurídica vão se lembrar do Beccaria, que dizia que não é o tamanho da pena, mas a certeza da punição, mas nós precisamos, sem nenhuma heresia, relativizar um pouco isso, porque realmente, em alguns casos, o tamanho da pena junto com a certeza da punição são fundamentais. E é preciso que se penalize neste País de uma maneira muito mais dura a posse, particularmente, dos fuzis 762 ou, além dos fuzis 762, das armas de rajada.

Junto a isso eu quero dizer o seguinte: por essa razão, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, alguns meses atrás, instituiu uma política solicitada há 18 anos pela ONU, que foi o estabelecimento de como é que nós íamos agir no financiamento de armas longas para as nossas polícias. Então, nós não temos nenhum condão de proibir a compra de fuzis 762 pelas polícias, mas nós tivemos a ousadia de dizer o seguinte aos nossos Secretários de Segurança Pública Estaduais: nós precisamos superar a cultura da chamada equivalência bélica. Se os bandidos trabalham com fuzis 762, nós não podemos ter os nossos policiais também, numa cultura de guerra, enfrentando, nas vilas e favelas brasileiras, os criminosos com fuzis 762, porque o resultado disso serão as balas perdidas, as vítimas inocentes cujas vidas não se devolve. O criminoso nós pegamos mais hoje ou mais amanhã; agora, a vida do inocente nós não devolvemos.

Eu não sei se todos os senhores sabem, mas a bala perdida, de maneira geral, não é bala perdida, é fragmento de projéteis de fuzis 762, que podem ter uma percorência de até 4 quilômetros e atingir e, eventualmente, até matar uma pessoa. E pode, tecnicamente, o projétil, atravessar oito corpos enfileirados, atravessar parede de tijolo e assim por diante.

Não quero me estender muito, mas quero dizer o seguinte, já indo para o final do meu tema: nós instituímos uma política de substituição dos fuzis 762 pelas carabinas ponto 30 e ponto 40 e pelas carabinas 556, que têm o chamado *stopping power*, o poder de parada, absolutamente necessário para a defesa do policial ali, para a defesa da comunidade, e não lesa a integridade e não tira a vida das pessoas inocentes.



Por que eu estou anunciando isso? Porque os senhores devem ter acompanhado esta semana, pela mídia, uma matéria interessantíssima dizendo que o ISP, Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, fez uma pesquisa e nós tivemos, correlata a esse período da política nova da SENASP, no Rio de Janeiro, uma redução de mais de 25% de balas perdidas, o que denota uma política de segurança pública ampla absolutamente bem-sucedida, combatida, no início, pelos segmentos mais conservadores e, eu diria, mais emocionais, que diziam que a gente queria substituir os fuzis pelas milicinhas, que eram armas menores, mas também de alto poder ofensivo.

Mas eu preciso concluir e quero dizer o seguinte: além da questão das armas longas e da necessidade de superar a tese infeliz da equivalência bélica no campo da segurança pública, superando, portanto, como eu disse, a questão das armas de guerra, apropriadas para guerra, mas não para a intervenção, para o *modus operandi* policial particularmente em meio urbano — às vezes algumas dessas armas mais potentes são até admissíveis no meio rural, mas não no meio urbano —, nós temos, além disso, uma falta histórica de política de fronteiras no Brasil, e para isso também veio o PRONASCI, que permitiu o surgimento da primeira Política Nacional de Aviação em Segurança Pública.

Vocês já se deram conta de que este País estruturou suas políticas de segurança, do ponto de vista de equipamentos, fundamentalmente em cima de viaturas? E, na maior parte deste País, Srs. Deputados, não se chega a lugar nenhum de viatura. Na maior parte deste País, em muitos lugares deste País, não na maior parte, não se chega sequer de barco. Se nós tomarmos, por exemplo, o Estado do Acre, nós vemos que no Acre, pela falta de profundidade dos rios, nós não conseguimos chegar sequer de barco, só chegamos por via aérea.

Eu tenho aqui uma boa notícia, que foi também permitida por essa política nova do PRONASCI. Nós, em 2 anos, investimos o equivalente a mais de 160 milhões de reais na estruturação do primeiro sistema de aviação em segurança pública que o Brasil teve, tem hoje. E temos, além do investimento, uma normatização que fez praticamente os acidentes por falha humana caírem a zero nesse segmento.



Nós temos também o surgimento do PRONASCI Fronteiras, da Polícia Especializada de Fronteiras, que é um sistema que hoje carece de recursos, mas que já começou a ser implementado em alguns Estados — Rio Grande do Sul, Paraná, Acre. No Rio Grande do Sul nós tivemos, em curto período de tempo, o decréscimo também de 20%, 25% do crime de abigeato, roubo de gado.

Eu não vou falar muito do PRONASCI porque o Prof. Ronaldo Teixeira já, com brilhantismo, falou. Nós temos, entre outras coisas no PRONASCI — temos aqui a nossa Diretora da área, Juliana Barroso —, um investimento em capital humano que também é inédito.

Quando nós recebemos os programas governamentais pré-PRONASCI, nós investíamos em torno de 30% dos nossos recursos federais em viaturas e em torno de 3,5% em capital humano, os policiais, os bombeiros, os guardas municipais, os agentes penitenciários. Eu hoje tenho muita honra de dizer, muito orgulho, nesse sentido cívico, de dizer que nós vamos investir mais de 60%, entre 60% e 70% do nosso orçamento em capital humano, sem, contudo, deixarmos de investir no maquinário.

O Prof. Ronaldo já deu os dados aqui, mas eu quero ainda dizer que a Força Nacional tem exercido um papel fundamental. Onde a Força Nacional atua nós temos tido reduções de violência e crime da ordem de mais de 40%.

Tenho uma notícia nova a dar às senhoras e aos senhores. A Força Nacional, hoje, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Polícia Federal, já apreendeu — se por um lado é apavorante pensarmos o que está acontecendo com a nossa Amazônia, por outro lado nos traz a satisfação de percebermos uma boa ação de segurança pública — a Força Nacional, particularmente, que é o grande contingente atuando nas áreas de desmatamento, já apreendeu, em conjunto com o IBAMA e com a Polícia Federal, o equivalente a mais de 5 mil caminhões de toras de madeira ilegal nesses 7 meses de atuação na área do meio ambiente.

Nós temos uma série de cursos de capacitação técnica, que também vêm sendo feitos. Nós temos o evento da Conferência Nacional de Segurança Pública e da reestruturação, em curso, do Conselho de Segurança Pública.

Após termos ouvido tudo o que temos de novidade, e o Prof. Ronaldo frisou já, com muita propriedade, um aumento conseguido pelo Ministro Tarso Genro da



ordem de 5 vezes os recursos anteriores que nós temos em segurança, eu não quero concluir sem um desafio. É um pouco do meu estilo de fala. Um desafio a todos nós, que é percebermos o que ainda falta. Eu quero ter aqui, Srs. Deputados, a ousadia de lançar um olhar também de médico para essa situação, para que nós não fiquemos satisfeitos com o que conseguimos e não consigamos mais perceber o que ainda falta.

E eu quero dizer o seguinte: em que pese nós termos tido no PRONASCI o primeiro grande programa sistêmico de segurança pública na história brasileira, sem dúvida, particularmente nesses 40 anos contemporâneos de história brasileira desastrosa no campo da segurança pública — o PRONASCI veio para nos salvar do desastre que sempre foi a segurança pública no sistema contemporâneo de segurança pública brasileiro —, em que pese isso, que é glorioso para todos nós cidadãos brasileiros, e não só para nós do Governo, eu diria que nós precisamos continuar a expansão de uma política de aviação em segurança pública, que é para chegarmos aos rincões mais longínquos brasileiros, lá onde a população não está sendo atendida, e particularmente para chegarmos às fronteiras secas brasileiras, que é por onde, hoje, Srs. Deputados, penetram as armas longas que sustentam o crime nas grandes cidades.

Quero aqui repetir o seguinte: sem armas longas não haveria crime organizado e organizações delinquentiais. Só com pistola ponto 40, por exemplo, não se sustenta a atividade organizada em crime. E essas armas longas penetram, quando não são roubadas de instituições formais que nós temos dentro do País, particularmente pelas fronteiras secas. E é preciso ter uma política consistente de cuidar das fronteiras secas brasileiras.

Então, continuar a aviação em segurança pública; desenvolver o PEFRON, que é o PRONASCI Fronteiras, de maneira definitiva e atingindo do Amapá ao Rio Grande do Sul. Isso não custa tão caro, isso custaria em torno de 100 milhões de reais, inicialmente, que precisariam ser investidos num programa nacional de segurança de fronteiras secas. Nós estamos já trabalhando para isso intensamente. Quero dizer que, inclusive, a Força Nacional recebeu há pouco do INCRA a Fazenda Itamaraty, que pertencia antes ao plantador de soja Olacyr de Moraes, e lá nós temos uma pista de 2 quilômetros asfaltada, nós temos 2 hangares, nós temos uma



pequena vila militar. E dali nós podemos chegar, sem trocar combustível, ao Rio Grande do Sul e a maior parte da Amazônia. E lá queremos construir — está aqui o Capitão Antunes, que participou intensamente disso, entre outros da Força — a nossa base aeropolicial da Força Nacional de Segurança Pública, que pode ser uma grande — vou me encontrar hoje com o Senador Delcídio, que é um entusiasta disso, e vou dizer isso a ele — diferença na história da segurança pública brasileira, a base na Fazenda Itamaraty. Lamentavelmente, o Ministério Público Federal está contestando a doação, dizendo que desvia a finalidade, que seria para a reforma agrária. E eu, obviamente, estou fazendo um documento respondendo, dizendo que seria difícil ela acreditar que vai ocorrer reforma agrária em 35 hectares ocupados por uma pista de pouso, 2 hangares e uma vila militar. Mas, obviamente, nós temos todos esses contratempos para fazer segurança pública no Brasil, inclusive esses de ordem tecnocrática, por falta de uma compreensão mais profunda. E inclusive para a reforma agrária e o assentamento a segurança pública é fundamental. Nós precisamos — eu já vou concluir — continuar a ampliar o PRONASCI. O PRONASCI deu esse grande salto de qualidade do ponto de vista de recursos. Mas nós temos hoje — não é, Prof. Ronaldo? — projetos da ordem de 4 bilhões esperando para ser implementados. Então nós precisamos continuar implementando e ampliando o PRONASCI, nós precisamos da organização da segurança pública em vias navegáveis.

Quero trazer aos senhores desta Comissão um elemento que é assustador, que é o seguinte: nós temos hoje o crime de pirataria no norte do Brasil bastante organizado, e eu espero não cometer aqui nenhuma antecipação profética, porque eu não tenho bola de cristal, mas eu espero que essa pirataria interna não se constitua numa pirataria oceânica, porque nós temos hoje, por exemplo, já no Estado do Pará, uma pirataria interna que se difunde pelos rios amazônicos e que pode crescer para uma pirataria internacional oceânica. Então, precisamos criar neste País um programa de segurança pública para as vias navegáveis, incluindo os rios brasileiros. O crime da pirataria, aliás, quero dizer que é profundamente cruel e esquecido neste País, quase não se fala em pirataria em rios. Nós precisamos criar neste País uma guarda costeira, por razões óbvias. Eu não vou nem argumentar, basta olhar para o mapa brasileiro. Nós não temos no Brasil uma guarda costeira



aos modos, por exemplo, da americana ou de outros países, que possa realmente dar segurança ao País do ponto de vista do ingresso, inclusive, de drogas e armas que pode ocorrer pela via oceânica. Nós sabemos, por exemplo, na Cidade do Rio de Janeiro...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para não perder a oportunidade, desculpe-me por interrompê-lo...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - À vontade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa questão da guarda costeira, eu gosto dessa discussão, mas quando o senhor faz essa referência... Esses dias eu participei de uma discussão em que algumas pessoas defendiam, por exemplo, o retorno dos Fuzileiros Navais. A questão era sobre o Rio Uruguai, que o senhor conhece, porque nós tínhamos em Uruguiana e São Borja unidades dos Fuzileiros Navais. E outra pessoa argumentava que não havia essa necessidade, porque agora estavam sendo adquiridas lanchas para a Polícia Federal. Quando o senhor pensa na ideia de uma guarda costeira, onde é que ela estaria dentro dessa estrutura?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu penso que a Polícia Federal faz um excelente trabalho, e com mais equipamento fará um trabalho melhor, mas a Polícia Federal tem menos de 14 mil homens e mulheres...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Seria uma Polícia específica.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - ...no seu efetivo. Então, a Polícia Federal vai continuar tendo os seus misteres, os seus fazeres, mas ela é uma Polícia que... Exceto, Deputado, se nós aumentarmos muito significativamente, talvez duplicarmos ou triplicarmos, o efetivo da Polícia Federal, caso contrário ela não consegue comportar mais do que aquilo que ela já vem bem fazendo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Seria uma polícia nova, digamos.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Nós precisaríamos de uma polícia... Poderia até ser uma polícia alocada dentro da Polícia Federal, mas teria que ser um segmento novo.

Eu também não defendo a ideia de que ela seja alocada nas Forças Armadas. Não sou daqueles que acha que as Forças Armadas não têm função na segurança. Acho que tem, particularmente nas fronteiras secas e, com a tecnologia que tem



para a atuação em selva, particularmente nas fronteiras secas de selva, mas acho que nós precisamos de uma guarda costeira. Eu vou dizer isso aqui com muito cuidado, porque a gente não pode transferir mecanicamente exemplos de outros países, mas eu diria um pouco ao estilo, evidentemente adaptando à realidade nacional, da guarda costeira americana, que está alocada formalmente nas forças armadas, mas que não atua comandada pelas forças armadas. Ela atua como uma espécie de polícia fazendária, em grande parte.

Não sei se seria esse o perfil no Brasil, mas de qualquer maneira eu não tenho talvez uma resposta detalhada, mas nós precisaríamos realmente constituir uma guarda costeira nacional por essas razões que o mapa nos apresenta aí com tanta obviedade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lago de Itaipu, Rio Uruguai...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Exatamente.

E até porque nós podemos vir a passar, a médio prazo, tomara que não, a vergonha que hoje alguns países africanos estão vivendo com a questão da pirataria marítima. Então nós precisamos estruturar isso por antecipação.

Eu, muito rapidamente, quero dizer que precisamos, da mesma maneira, constituir uma política sistêmica de compra de máquinas de raio X para contêiner. Nós não temos hoje suficientes aparelhos de raio X para contêiner no Brasil. Nós estamos fazendo isso por uma amostragem que ainda é muito pobre e nós precisamos, no bom sentido, varrer do País essa detecção daquilo que entra no País através de contêiner.

Eu estou fazendo uma fala um pouco pretensiosa aqui, me perdoem, mas é um pouco o mapa das coisas que eu acho que nós precisaríamos para resolver em definitivo a segurança pública no Brasil. E já estou no fim.

Nós precisaríamos de uma política nova para alguns tipos de drogas novas que estão em circulação. Uma delas é o *crack*, por exemplo, que é uma droga avassaladora. Eu quero dizer que no prazo de 15 dias eu estarei constituindo, por portaria, um grupo exclusivo de policiais para abordar a questão da repressão qualificada ao *crack*.

Porque é verdade que as nossas polícias, em que pese a sua grande competência, mesmo às vezes com pouco equipamento e até o seu heroísmo, não



estão ainda preparadas para o combate a essas drogas novas, e o *crack* é uma delas. Então nós precisamos reunir a polícia e pensar repressão qualificada a uma droga, por exemplo, como o *crack*, que é altamente capilar e que é muito mais difícil de reprimir do que as drogas, digamos assim, já reconhecidas. Ainda que também ela esteja relacionada ao lixo da cocaína. Se nós intensificarmos por aí, nós temos também algumas saídas, mas a equipe vai discutir.

Nós precisamos rediscutir, muito rapidamente, o papel dos municípios e discutir o papel das guardas municipais, que não pode ser tão pequeno como o que é hoje e não pode ser tão grande a ponto de transformar as guardas municipais em guardas pretorianas, em guardas do coronelato sem farda, das oligarquias brasileiras. É preciso que nós normatizemos e permitamos o crescimento, sim, mas normatizemos esse crescimento das guardas municipais, que se vai dando hoje já de uma maneira bastante desordenada.

É preciso que nós continuemos uma política de armas menos letais. Essas armas não estão ainda devidamente socializadas no País, em que pese o PRONASCI ter feito crescer muito esse processo de socialização.

Quero mencionar mais uma questão aqui, um pouco polêmica. Eu vou me aventurar um pouco para além daquilo que o Governo me permite dizer formalmente. Nós precisamos discutir a sério neste País um piso nacional para as nossas estafadas polícias, as nossas maltratadas polícias de maneira geral, as nossas polícias que são violadas cotidianamente nos seus direitos humanos. Nós precisamos discutir corajosamente um piso nacional para as polícias brasileiras.

Nós precisamos ter coragem também de investir mais na questão das perícias autônomas. Passou esses dias, eu vi, foi sancionado pelo Presidente, um projeto do Deputado Chinaglia a respeito da autonomia técnica, administrativa e funcional dos peritos. Nós precisamos investir mais nisso, também para alçar o Brasil ao patamar dos países do Primeiro Mundo, tendo a certeza de que os nossos peritos não sofrem nenhum tipo de ingerência policial, porque a atividade pericial é diferente da atividade policial. Ambas são nobres e respeitáveis, mas são atividades diferenciadas.

Nós precisamos, nesse programa, de uma questão que é para mim um desafio, que eu quero pensar muito e quero convidar os Srs. Parlamentares para



nos ajudarem. Eu não sei em que medida o âmbito legislativo nos permite isso. Nós precisamos pensar neste País em alguma forma de Corregedoria Nacional relacionada à corrupção e à violência. Nós não podemos mais continuar insistindo meramente, em que pese a nobreza de muitos corregedores, sistemicamente nós não podemos continuar acreditando meramente na estruturação das Ouvidorias e Corregedorias Estaduais, porque elas têm demonstrado, ao longo dos anos — e eu acompanho de perto isso —, que, estando num caráter de submissão de vínculo direto com os seus Estados de origem, têm dificuldade de aprofundar o seu trabalho.

Então, eu não sei até onde a legislação permitiria, mas acho que um desafio que fica para esta Casa e para nós é pensar em que medida, a partir da União, nós temos condições de fazer uma espécie de correição moral do ponto de vista de corrupção e também do ponto de vista de violência das nossas polícias, como em outros países, inclusive em países com esse caráter federativo que nós temos. Mas isso dependeria de estudos.

Nós precisamos ter a coragem de discutir — e aqui mais uma vez eu estou avançando um pouco para além daquilo que o Governo me permitiria formalmente, mas estou avançando um pouco como um estudioso e um trabalhador da área —, a questão de vinculação orçamentária, Deputado, porque saúde, educação e segurança pública sem vinculação orçamentária significa, a cada ano, uma impossibilidade real de trabalhar aquilo que foi planejado. Eu acompanho há 6 anos, na SENASP, primeiro como Diretor, depois como Subsecretário, hoje como Subsecretário, os nossos trabalhos na área da segurança pública junto aos entes federados. E, nesses 6 anos, o que eu vejo é uma absoluta incapacidade que nós temos de executar o que foi planejado, porque a cada ano nós somos surpreendidos com os contingenciamentos. Então é preciso que tenhamos coragem de fazer a discussão sobre vinculação orçamentária, sim, também nessa área. E é preciso que tenhamos coragem de fazer uma discussão sobre a reforma das polícias. Nós temos ainda herdado o modelo que a ditadura nos legou de polícia no Brasil. Em que pese o heroísmo da maioria dos nossos policiais, que merecem ser aplaudidos por seu grande esforço em defesa da nossa vida e da nossa liberdade, nós precisamos, sim, discutir uma reforma das polícias para a descartorialização da Polícia Civil brasileira, para que a Polícia Militar consiga ser uma polícia que, no nível da sua intervenção,



possa fazer um trabalho de maior completude, para que realmente tenhamos modelos de polícia de proximidade, para que a Polícia Militar apeie da viatura e comece a conviver diariamente com a população e para que a Polícia Civil saia de trás da mesa e comece a conviver também diariamente com a sua atividade mais nobre, mais importante, que é a atividade investigativa. Só é possível investigar no meio do povo, não é possível investigar distante da população. Então é preciso que tenhamos coragem de pensar essa questão da reforma.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Se o Presidente me permitir, eu queria aproveitar e lembrar ao Dr. Balestreri que eu tenho uma PEC que se encontra aqui nesta Casa. Eu pediria, inclusive, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública avaliasse e, se entendesse possível, a endossasse, no sentido de mudar o sistema repressivo penal brasileiro. E, apenas em 2 minutos, eu vou lhe dizer a que ela se refere. Pediria a atenção da própria Mesa, porque poderia ser até uma das proposições, ao final.

Eu, atendendo a um apelo feito, num determinado momento, pelo Governador Sérgio Cabral acerca da impossibilidade de legislar penalmente no âmbito dos Estados, eu faço uma modificação dando às guardas municipais atribuição nos atos chamados antissociais, onde os transgressores poderiam ser levados imediatamente a um juiz que poderia aplicar-lhes uma pena de prestação de serviço à comunidade e até mesmo uma pena pecuniária ou, no caso de reincidência, decretar a detenção. Mas isso talvez seja um *plus* e nós podemos discutir esse conceito.

Eu estabeleço que a Lei de Contravenções Penais, que não é mais utilizada, praticamente, neste País, seja uma lei de atribuição dos Estados, ou seja, a contravenção passa a ser estadual e não mais federal, e dando às Polícias Militares o ciclo completo do que eu chamo de contravenção estadual, e deixando no Código Penal apenas aquilo que é violência contra a pessoa, os crimes de corrupção, os crimes de colarinho branco e dando essas atribuições às polícias de investigação, assim chamadas, que seriam as Polícias Cíveis e a Polícia Federal.

Então eu pediria a V.Exa. que pudesse dar uma examinada nessa PEC minha que já está em tramitação nesta Casa, já está pronta para ser votada na CCJ e me parece que talvez ela venha ao encontro da política que o Ministério da Justiça pretende estabelecer.



Então eu acho que nós já temos um instrumento próprio que poderia ser aprovado na CCJ, poderia vir a ser discutido melhor, inclusive na Comissão Especial, e aperfeiçoado pela colaboração dos demais Deputados na Comissão Especial. E eu acredito que precisamos avançar. Então, eu faço esta sugestão a V.Exa.: que dê uma examinada nela, que eu acho talvez fosse importante.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Deputado, eu quero lhe agradecer e aproveitar para parabenizá-lo. A gente já tinha tido um contato e já estive entusiasmado com isso. Tive a honra de poder ter também um contato com assessores seus. Fiquei muito bem impressionado pela competência também da sua assessoria. E aproveito aqui a oportunidade para dizer que acho que temos que intensificar inclusive os vínculos aí. Acho que vai realmente, como o senhor disse, numa direção realmente de modernização do sistema de segurança no Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Tenho a sorte de contar com a Dra. Ivete Viegas, que foi, durante 15 anos, Secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Me impressionou profundamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - ... e Secretária Executiva do Ministério da Justiça na gestão do Prof. Miguel Reale Júnior. Então, realmente o senhor tem toda razão. A assessoria é muito competente.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu lhe parabeno. Eu preciso concluir, mas ainda quero, assim numa leitura rápida, dizer o seguinte: nós precisaríamos, além dessa questão da reforma das polícias, nós precisaríamos dessa política nacional, eu diria, no agravamento da questão do uso de fuzis, de uma penalização agravada para posse de armas longas, especialmente os fuzis, e essas armas também de rajada, nós precisaríamos de uma revisão da questão. Vou colocar uma questão também um pouco além daquilo, mais uma vez, uma terceira vez, daquilo que eu estaria formalmente autorizado, mas acho que a nossa função é pensarmos juntos, não é? E eu cometo, às vezes, esses pequenos deslizes, ou não, de ousadia. Acho que nós precisamos revisar a questão da progressão de penas, mais uma vez nós precisamos revisar a questão da progressão de penas para os



crimes mais graves. Acho que, em certo sentido, é um deboche da Nação brasileira as coisas como vêm acontecendo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu vou pedir um outro aparte a V.Exa., que eu acho que a primeira coisa que precisaria ser feita é ter uma convergência dentro do Ministério da Justiça, porque, a todo momento, quando nós apresentamos aqui propostas de agravamento, proposta de aumento de prazo para progressão de regime, nós temos uma parcela do Ministério da Justiça que se entrincheira aqui dentro e trabalha contra as nossas propostas. Então, acho que precisa de uma unidade no Ministério da Justiça a favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pelo menos temos um aliado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Pois é, temos um aliado. E eu espero que o senhor consiga, dentro do Ministério, apoiar essas medidas que são feitas aqui por todos os Deputados que aqui se encontram, que são Deputados interessados, integrados e oriundos das forças de segurança pública, sabem dessa necessidade, têm feito proposta. E o próprio Ministério da Justiça, dentro do que eu chamo de um laxismo jurídico, vem aqui para dentro combater essas propostas.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Ainda bem, Deputado, que eu fiz a ressalva de que era uma ousadia pessoal ir um pouco além disso. Mas eu seguramente sou um parceiro no sentido de reconhecer. Concordo, eu dizia antes, com aquele princípio do Beccaria, que não é o tamanho da pena, mas a certeza da punição. Agora, eu, sem cometer heresia, eu gostaria de ir um pouco além. Eu acho que, em alguns casos, é o tamanho da pena e a certeza da punição. É preciso que tenha a certeza da punição com a pena agravada. Por exemplo, a posse de fuzil teria que ter pena, no meu entendimento particular, teria que ter pena agravada. Nós precisamos tirar os fuzis de circulação. Nós precisaríamos amplificar um instituto — e esse também é um desafio para os senhores e para nós, recíproco —, eu acho que nós precisaríamos amplificar o instituto da pena alternativa, eu acho que nós podíamos ter um crescimento da pena alternativa.

Nós precisamos realmente esvaziar os presídios brasileiros daqueles criminosos que não renitentes e não apresentam periculosidade. E a pena alternativa, desde que, nesse caso, não confundindo com pena pecuniária, a pena alternativa como uma pena, como uma sanção por reciprocidade — até me



emprestando aqui um pouco da visão piagetiana de sanção por reciprocidade *versus* sanção expiatória —, a pena alternativa, inclusive para crimes mais graves que esses que hoje são atingidos pela pena alternativa, ela seria, no meu entendimento, uma bela forma de esvaziamento dessas centrais de tecnologia criminosa que são hoje os presídios brasileiros. E, finalmente, como último ponto, eu diria o seguinte: nós precisamos aplaudir o aumento de inversões que nós já tivemos, particularmente nos anos do PRONASCI. Nós realmente demos um salto de qualidade orçamentária de cinco vezes o que nós tínhamos antes, mas nós não podemos ficar acomodados apenas nisso.

Eu, nesse fim de semana, sabendo, Deputados, que vinha a esta Comissão, me dei ao trabalho, como alguém que já conhece a fundo o sistema de segurança, de fazer um cálculo rápido de quanto é que nós precisaríamos hoje para resolver basicamente as questões mais cruciais de segurança pública no Brasil. Nós precisaríamos de uma quantia que não é nenhum pavor para um governo e para um país rico como o brasileiro. Nós precisaríamos de algo em torno de 7 bilhões de reais/ano, e nós aí conseguiremos atender às principais demandas da segurança pública no Brasil e reduzir os principais problemas da segurança neste País.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Quantos por cento do Orçamento seria isso, a nível de percentual, para constar da Constituição? Esses 7 bilhões, o senhor tem uma ideia de qual seria o índice aplicável?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI – Eu não saberia lhe responder essa questão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí entraria União, Estados e Municípios em 7 bilhões?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Entraria a parte da União...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da União, da União.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - ... em ajuda aos Governos dos Estados e Municípios. Mas é importante a lembrança do Deputado Pimenta pelo seguinte...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Podia levantar... Ele vai levantar para nós.



O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - ... é preciso que os Estados e Municípios também façam inversões maiores em cima disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Balestreri, o senhor vai deixar-nos loucos para falar. Está todo mundo aqui, os Deputados...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Mas eu encerrei. Eu quero agradecer e pedir desculpas por algumas ousadias aqui. Eu quis aproveitar a honra deste convite e ir um pouco além de uma fala protocolar de Secretário Nacional de Segurança e fazer uma fala um pouco mais de cidadão brasileiro, também de companheiro das senhoras e dos senhores nesta lide que é de todos nós para resolver os dramas da segurança brasileira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Esta Comissão é que agradece as palavras lúcidas do Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública, tanto quanto as do Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário Executivo do PRONASCI, que já deixou este recinto por compromissos assumidos com o Ministro da Justiça, Ministro Tarso Genro.

Passamos agora, depois de ouvir as explicações, aos Parlamentares inscritos, começando pelo Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado, Presidente. Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença aqui do Dr. Ronaldo e do Dr. Balestreri. Eu acho que o fato de terem vindo juntos acabou inclusive sendo muito bom. Foi uma fala complementar a apresentação que foi feita pelo Dr. Ronaldo Teixeira sobre a questão do PRONASCI, trazendo um conjunto de informações importantes, muitas delas informações novas, e que foram muito bem trabalhadas e ampliadas. Eu diria assim, Dr. Balestreri, que V.Sa. apresentou quase que um roteiro. E vários pontos que foram elencados, de alguma forma ou de outra, têm uma vinculação direta com o debate que nós estamos fazendo.

Só para que V.Sa. possa entender, nós definimos o primeiro período de trabalho da Comissão, que vai até o dia 8 e 9 de outubro, quando nós estaremos no Rio de Janeiro para uma fase que nós chamamos de diagnóstico, de nivelamento, de atualização de informações. Como disse o Deputado Itagiba, aqui são todos Parlamentares que têm trajetória, experiência. É um time experiente, digamos assim, e que está disposto a incidir, de maneira concreta, para alterações da legislação,



alterações de procedimentos. O Presidente Michel Temer tem dito que este tema será prioridade legislativa do segundo semestre.

Então, eu acho que essa aproximação da Secretaria com a CPI, ela pode ser muito importante para que possamos fazer uma aproximação do Governo com o Legislativo e talvez, como resultado disso, fazer que as coisas possam acontecer. E nós queremos inclusive não esperar o final da CPI. Então, tão logo possamos ir criando consensos, nós acelerarmos que determinados temas possam ser analisados pelo Legislativo. Então, eu acho que muitas questões que V.Sa. traz aqui hoje, elas têm uma sintonia imensa com o que nós estamos discutindo.

Eu até vou escolher duas ou três questões, para que os colegas também possam aqui participar, porque todos eles aqui são objeto de debates que nós temos feito, que certamente foram ampliados e amplificadas a partir de hoje: a questão da vinculação orçamentária, a reforma das polícias, a questão do agravamento de algumas penas.

Só para o senhor saber, por exemplo, eu fiz um projeto de lei tirando o *crack* do rol das drogas, obtendo uma especificação, específica para ele. Foi aprovado já na semana passada na Comissão de Segurança, a exemplo do que foi feito em outros países que tratam o *crack* quase como um veneno, o que de certa forma tem relação com essa sua ideia sobre a questão dos fuzis. Quer dizer, retira ele do rol geral das armas e dá um tratamento diferenciado, porque exige uma abordagem singular.

A primeira questão que eu queria falar é sobre o financiamento. Pelo que eu entendi que o Ronaldo falou, o Dr. Ronaldo, nós tínhamos um orçamento, somados os fundos, o Fundo Penitenciário e o Fundo Nacional de Segurança, em torno de 600 milhões. Isso hoje está em torno de 2 bilhões. O que me tem preocupado é o seguinte: até que ponto essa transferência de recursos para os Estados e para os Municípios tem significado, no final, um somatório geral de aumento de recursos públicos para a área da segurança. Não sei se estou fazendo-me compreender. Na medida em que não há uma necessidade de vinculação por parte dos Estados e dos Municípios, o meu receio é que, quando há um aumento da transferência da União, o Estado recua e destina aquele recurso, inclusive o que ele tinha no orçamento, para outra finalidade. *“Vamos destinar recursos para comprar cem viaturas no*



Paraná”, um exemplo. Então, o Estado se desobriga daquela... Então, essa questão do financiamento, para mim hoje ela talvez seja uma das questões mais importantes.

Talvez devamos avançar no sentido de criar um mecanismo que, para os Estados e a União acessarem esses recursos, antes mesmo de nós definirmos uma vinculação, a que também sou favorável, tivesse que haver uma contrapartida mínima em termos de alocação de recursos. Porque — eu não tenho, mas talvez vocês tenham esse dado —, se pudéssemos somar tudo o que todos os Estados investiram na segurança, mais todos os Municípios, mais tudo o que a União, chegaríamos a um número que poderíamos chamar de investimento total do País na área da segurança; e analisarmos se esse crescimento, ao longo dos últimos anos do orçamento, significou um resultado geral ou se houve um recuo por parte dos demais entes da Federação.

Não sei se V.Sa. gostaria de falar disso um pouquinho, para nós entendermos como está havendo esse mecanismo com os Estados.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu acho que está muito bem colocado, Deputado. Em primeiro lugar, também parabenizá-lo pela questão do *crack*. Eu acho que tem que ser tratado realmente diferencialmente em relação a outras drogas. Em segundo lugar, quero dizer o seguinte: eu, lamentavelmente, a resposta que eu tenho a lhe dar na questão colocada é pior do que aquela que, acho, o senhor esperava. Eu diria, Deputado, o seguinte: os Estados investem muito pouco — e a resposta é pior, porque vou lhe dizer o seguinte —, e acho que nunca investiram. Não há historicamente conhecimento, pelo menos da nossa parte — temos um departamento de pesquisa que tem cavucado um pouco na história atrás disso —, não há, pelo menos não nos chegaram ao conhecimento políticas sistêmicas de investimento nos Estados que tenham sido expressivas ao longo dos anos, nem antes e nem depois da SENASP. Acho que o investimento feito pelos Estados — estou dizendo um pouco também por evidência empírica —, mas o investimento feito pelos entes federados sempre foi, Deputado, o mínimo para que as suas Polícias sobrevivessem e fizessem o trabalho de segurança pública; e, em geral, naquela linha que o Professor Ronaldo Teixeira dizia, que era um investimento em viaturas, em armas e em munição.



Então, os processos de segurança pública no Brasil... Se a gente pensar, por exemplo, para ser mais consistente na resposta, se a gente pensar na vida contemporânea da segurança brasileira, nós tivemos em meados dos anos 50 polícias que foram se transformando em polícias de proximidade, quando surgiram aquelas experiências do Cosme e Damião, lá no nosso Estado, Pedro e Paulo e tal; e, naquele momento, se requeria muito pouco investimento, porque não era, naquele paradigma mudancista, de meados dos anos 50, o investimento era mais em capital humano do que em equipamentos. Com o golpe militar, nós tivemos um paradigma modificado e nós adotamos, Deputado, o modelito do radiopatrulhamento, que era um modelo que já vinha fracassando nos Estados Unidos, predominante nos Estados Unidos nos anos 60 e 70.

O Brasil o adotou, somado ao 190 — e eu não estou contra nem ao radiopatrulhamento nem ao 190, estou dizendo que é uma insanidade querer estipular políticas consequentes de segurança pública em cima de radiopatrulhamento. Em primeiro lugar, o 190 é um bom — não tem nenhuma ironia no que eu vou dizer —, é um bom serviço de socorro da vítima, porque ele sempre chega depois, e o consolo da vítima também é importante, mas realmente não funciona do ponto de vista de resolução dos dramas da segurança. Em segundo lugar, além de afastarmos a polícia das ruas, nós começamos uma ordem enorme de investimentos, basicamente — e aqui não tem nenhum ranço contra a indústria automobilística, mas até pelo peso dela, durante os anos da ditadura — nós também conformamos o modelo da segurança pública no Brasil ao modelo do parque automobilístico. E isso veio consumindo dinheiro — e, com mais segurança, Deputado, eu posso te responder — nos anos posteriores à criação da SENASP.

A partir do momento em que a SENASP passou a existir e que o Governo Federal começou a investir alguma coisa em segurança pública, eu diria que a pobreza, a miserabilidade, às vezes, do investimento feito pelos Estados, por exemplo, sempre foi patente. Então, acho que a resposta é um pouco pior, porque eu gostaria de lhe dizer o seguinte: bom, os investimentos estaduais decresceram porque os nossos federais aumentaram, mas eu diria: eu acho que eles se mantiveram no patamar da miserabilidade em que sempre estiveram. Agora, acho que a sua proposição é sumamente interessante. Se nós queremos investir mais, e



precisamos investir cada vez mais em segurança, nós precisamos de política — acho que o senhor já deu, em grande parte, a solução —, nós precisamos de políticas de contrapartida mais relevantes e mais significativas, que pesem sobre os Estados como uma obrigatoriedade; quer dizer, o Estado precisa de recursos polpidos para segurança e ele também terá que desembolsar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria de saber se vocês tecnicamente poderiam nos ajudar, assim como o senhor chegou a esse número de 7 bilhões, a chegar a um orçamento que seria, digamos, ideal para uma política que envolvesse os entes federados e fosse minimamente capaz de dar conta de um projeto global ideal.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Muito bom.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se ele vai ser feito ou não, aí é outro assunto, mas que nós pudéssemos exercitar essa tentativa. Se os técnicos da Secretaria pudessem nos ajudar nesse sentido...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Estamos à sua disposição. E acho que o senhor está pensando muito responsabilmente: inserir nesse contexto de investimento também os entes federados. Isso é fundamental, senão nós vamos federalizar o problema da segurança pública, coisa que nem vocês e nem nós queremos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A minha preocupação... Eu vou fazer só mais essa, mas eu tenho uma lista de perguntas. Como eu vou ter outras oportunidades de conversar com o senhor, para que os colegas também possam participar... Qual é a minha preocupação? De certa forma, esses programas hoje... Por exemplo, Santo Amaro, apesar de ser um grande programa, ou o Território de Paz, é um projeto que tem um tempo de vida definido, correto? Quer dizer, ele tem um orçamento para que ele seja executado, mas não há nada que nos assegure que em 2012 nós vamos ter condições de manter esse programa funcionando. Nós não temos um orçamento mínimo que nos garanta programas com continuidade, até porque também não há corresponsabilidade dos demais segmentos.

Só duas questões. Eu acho que tem que haver uma mudança na legislação para que o Município passe a ser parte, levando em consideração esse aspecto, quer dizer, não pode nem ser tão pouco como é hoje e nem querer substituir o papel que



as outras polícias já têm. Mas foi-nos apresentado um dado pelo Dr. Júlio, semana passada, e eu gostei muito da exposição dele, do mapa da violência: há uma relação direta entre a redução dos índices de violência e homicídios onde aconteceu uma participação maior dos Municípios, uma relação direta onde o Município entrou e investiu. Porque não é para o Estado e a União fazerem política de inclusão, não é?

E nos interessa também conhecer experiências de boas práticas que estão dando certo. O Sr. Ronaldo falou aqui sobre os presídios para jovens. Eu não sei se há algum que já está funcionando. Tentei identificar, não consegui, esses dias. E o Deputado Nelson Pellegrino, que hoje é Secretário da Justiça da Bahia, trouxe para cá uma discussão de que vários colegas têm falado: que pudéssemos envolver os Municípios numa política de ampliação do papel das penas alternativas, onde o Município fosse o órgão, o ente responsável pelo acompanhamento da execução.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Com certeza. As próprias guardas municipais poderiam ser envolvidas nisso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os Municípios... porque isso daria uma capacidade muito maior de qualidade da execução. Nós incluiríamos o Município — e isso poderia ser facilitado inclusive com a discussão da PEC —, o que nos daria uma agilidade muito maior dentro dessa rediscussão do sistema carcerário, entrando o presídio de segurança máxima federal, os presídios municipais, os presídios de jovens e adultos; e o município entraria como parte desse processo, acompanhando os programas de execução de penas alternativas. Então, eu acho que nós precisamos construir esse roteiro mesmo e apresentar para discussão da sociedade brasileira uma ideia daquilo que seria uma proposta global, pelo menos para que tenhamos uma referência para onde nós pretendemos um dia poder chegar.

Então, quero cumprimentá-lo. Acho que a questão da Polícia de Fronteira é fundamental. Na questão dos raios X — nós batemos muito aqui na CPI do Tráfico de Armas —, hoje, é um escândalo a facilidade, porque é inclusive pelo Correio. A Receita Federal comprou raio X e nunca colocou em execução. Hoje, pelo Correio — não tem raio X, SEDEX, há unidades no País que passam — é possível transportar mercadoria sem passar pelo raio X.

A questão do piso, acho fundamental.

Vou ficar por aqui para dar oportunidade aos colegas de falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Sr. Relator. Está aguardando alguma resposta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo a palavra ao Deputado William Woo, para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, eu queria ver se o Secretário Ronaldo vai voltar. *(Pausa.)* Não?

Primeiramente, Secretário Ricardo, obrigado pela presença. Mas nós, que somos policiais, na prática — eu acho que toda a sociedade está clamando por isso —, como vamos ter uma audiência nesse estilo? Porque acho que é necessário, importante, não tiro a eficácia desses projetos, apesar de que o PRONASCI conseguiu um avanço no Orçamento, mas ainda gasta pouco. No ano passado, gastamos 47% do que estava previsto, e 61% este ano, que é um ano pré-eleitoral — gastamos até o momento. Mas a questão que eu vejo, que entristece... Talvez aqui tenha alguns policiais — eu estou vendo o chefe do comando de todas as corporações da Polícia Militar. Eu gostaria que — eu já fiz várias indicações — a Secretaria Nacional não fosse agregada ao Ministério da Justiça, fosse um Ministério de Segurança Pública. Para nós, policiais, esses projetos que vemos aqui sobre comandos, investigação, graduação, mestrado, Bolsa Formação, Mãe da Paz, Protejo — brigamos muito, só ia ter direito aqui no original, se não fosse derrubarmos só os menores infratores; para mim, tinha de receber 200 reais quem não é infrator, quem dá o exemplo na favela, quem estuda e vai para a escola; aquele que é infrator não tem de receber nada, tem de estar preso —, todos esses projetos, com certeza, são a solução para a segurança pública. Mas o momento não é de aguardar solução.

Quinta-feira passada, foi um rapaz no meu gabinete chorando. Chegou em casa, viu 5 rapazes correndo, e a mãe dele, uma idosa, que saiu em todos os jornais, morreu de tanto apanhar. Se eu falar de todos esses projetos, ela quer saber quando é que o policial, rapidamente, vai ter uma identidade segura neste País. Há 3 anos eu peço, já fui com o Ministro Tarso Genro e falei: “Não é possível” — falei aos assessores colegas do Itagiba, que são Delegados de Polícia. Está aqui o Comandante-Geral que sabe da importância de ter uma identidade segura neste



País. Se o Comandante parar qualquer marginal com uma identidade em São Paulo, ele jamais vai conseguir provar se é verdadeira ou não a identidade de São Paulo. Ele vai segurar a pessoa por 3 horas para mandar a biometria datiloscópica para checar — essas ações práticas.

Quando se fala que 100 milhões é pouco, a maior arrecadação nossa vai para o Governo Federal. Quando é que vamos dar 100 milhões? São 3 esquilos que podem voar 6 horas por dia em 3 Estados diferentes. Eu fui no Pará, foram me receber de carro à prova de bala, com cangaceiro, porque falaram que estavam numa briga política, que a Força Nacional chegou lá, parou tudo, depois foi embora — não há segurança. Os meus motoristas são todos policiais fazendo bico. Fomos lá ver as obras do PAN — lembro que eu me revoltei —, me mandam um cara da Força Nacional com uma metralhadora .40 e com uma 9 milímetros. Eu falei: *“Rapaz, me passa a metralhadora.”* *“Não.”* *“Como é que você vai trabalhar com 2 armas, dirigindo?”* *“De onde você é?”* *“Do Rio Grande do Sul.”* *“Você conhece o Rio?”* *“Não, só sei ir direto para lá.”* Falei: *“Está bom. Se tem um bloqueio, o quê? Nós 2 morremos?”* Falei: *“Joga essas armas aí e vamos fingir que você é motorista, e eu sou motorista da Presidência.”* Quando é que vai ter um pensamento — não estou falando nesta gestão, no País inteiro — de ter policiais na frente da segurança também? Eu acho que tem que ter pessoas com o seu gabarito, Secretário, mas policiais que pensam no dia a dia do policial. Tem curso de formação? Tem. Quando é que teve curso de formação para o *snipper*? Quando eu era policial, nunca deixei de dar menos de 200 tiros/mês. No mínimo, eram 1.200. A equipe que eu controlava, meus *vips*, porque eu sempre fiz bico. Pagar 5 mil reais para um agente penitenciário federal? Aquilo lá tem que ser início da carreira policial. Ninguém fica perfeito cuidando de preso. Eu passei 1 ano carregando cadáver no IML para aprender o que é polícia.

Quando nós vamos discutir segurança com policiais... Parabenizo o trabalho do PRONASCI, acho que isso é a solução para o futuro. Mas hoje a sociedade está pedindo urgência. A Dilma e o Serra se preparem. Se não souberem falar de segurança pública, o povo vai cobrar.

Não há mais uma capital que seja pior do que qualquer das grandes capitais. Eu, que achava que Brasília fosse uma maravilha! Eu acordo no horário que tem



aquele jornal de TV da Record, que só fala do entorno de Brasília. A qualidade que nós temos no Plano Piloto é a mesma que eu teria se morasse só na Vila Nova Conceição, no Ibirapuera — o Itagiba conhece bem —, bairros nobres, e não saísse de lá. É a mesma segurança aqui do Plano Piloto. Cada vez que eu vou para a periferia, piora.

Então, Secretário, é um desabafo, mas quero parabenizar o trabalho de vocês. Eu sempre tive muita relação positiva. Eu sei da luta. Com certeza, segurança, a solução é educação, distribuição de renda, esses cursos. Mas o povo não aguenta mais.

O que custa gastar 50 milhões, e nós termos leitores de placa em todas as estradas federais? Passa o carro, e ninguém sabe de onde foi roubado ou não, na nossa fronteira! O que custa, ao invés da força nacional, fazermos uma força aérea para dar um apoio juntamente com a Polícia Militar, porque o Estado está falido e não tem dinheiro?

Estado que consegue pagar bem é o Tocantins, que é novo, ou Brasília, que tem dinheiro do Fundo Federal. Pegue uma corporação grande, igual à de São Paulo, que tem mais de 50 mil inativos. Como dar o aumento? Discurso é bonito. Vamos aumentar o salário. São 120 mil policiais!

Então uma das coisas, dos melhores projetos aqui da Casa, é o do Itagiba, que eu acho que precisa ser melhorado. Mas eu acho que a Secretaria Nacional, que espera ser um dia Ministério Nacional de Segurança Pública, tem que ter um corpo também que pense na ação policial. Aquele policial que vai ter o que nós queremos na hora que tudo falhou: a educação dele, a orientação dele. A família falhou. Quando ele estiver comigo, com uma arma, o *snipper* não vai falhar o tiro. Ele vai estar com um equipamento de primeira.

Se o Governo Federal padronizar as polícias, e, principalmente, quem ama a Polícia vai querer que só a Polícia tenha o direito a fazer tudo — ostensiva, investigação, inquérito... Quem ama sua corporação, que é o poder máximo... Fazer uma integração nacional e atribuição para cada um. E quem tiver o perfil investigatório vai para a investigação.

Eu sempre falo para a minha Polícia Civil de São Paulo. Adoram essa disputa com a Polícia Militar, mas você vê policial civil fazendo policiamento ostensivo, e



vemos Polícia Militar fazendo o investigativo. Na CPI, o Marcelo Itagiba lembrou bem, nós vemos a Polícia Rodoviária Federal, ela sabe o que dá ibope. De que a sociedade gosta? Das grandes prisões. Ela começou a fazer investigações. Será que não falta policial para parar o caminhão e passar no raio X para ver se tem droga? Então, Secretário Ricardo, sempre ouvi falar muito bem do senhor.

Eu queria pedir que o PRONASCI tivesse uma alteração no projeto, permitindo que os pequenos municípios... Eu sei que através de consórcio podem receber dinheiro do PRONASCI, mas hoje sabemos que o PRONASCI está com muito mais recursos que o Fundo Nacional de Segurança. Em São Paulo, se eu não me engano, cidades autorizadas, só da Grande São Paulo, devem ser 8 ou 10, para receber dinheiro do PRONASCI. Mas tivemos, na semana passada, acho que foi de autoria do Paulo Pimenta... O que está nos assustando é que a violência está crescendo no interior, nas cidades pequenas, e não vai chegar até nós, porque lá não tem uma Rede Globo, não tem uma Record. E nós achamos que melhorou, porque as capitais têm o poder e a pressão do investimento todo.

Quería parabenizar. Acho o PRONASCI um importante projeto. Acho importante tudo o que você falou. Concordo. Mas eu gostaria... Pode ser que tenha isso. Você vai me explicar: "*Tem isso, William.*" Mas nós não sentimos que, na prática, tenha uma ação para o dia a dia do policial. E eu peço muito. Tive todo o apoio do Ministério da Justiça, eu acho que do Executivo, não.

Nesses 3 anos há que estamos debatendo uma identidade única no País... Não é a questão do Celso Russomanno, vários números juntos, é termos um banco de dados único de biometria, para que não ocorra como antigamente, que quem andava em São Paulo e Brasília andava com uma placa do Paraná, porque podia passar no radar, que a multa não chegava. Hoje você pode matar uma pessoa no seu Estado; você muda de Estado, e não é mais procurado, porque não temos um banco de dados único neste País.

Obrigado, Secretário. Agradeço a presença. E em tudo o que puder colaborar com a CPI será de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado William Woo.



Passo a palavra... Acho que só há mais eu inscrito. Há mais alguém inscrito? Eu pediria então... Talvez eu formule as minhas, e o senhor, por sua vez, responde de uma vez só.

Eu vou começar até pelo fim. Vou começar por onde o Deputado William Woo deixou uma questão que me parece bastante importante.

Sob o pretexto de direito e garantia individual, colocou-se na Constituição um dos maiores absurdos jurídicos possíveis, que foi que o civilmente identificado deixará de ser criminalmente identificado. E nós sabemos que não existe uma identificação civil unificada neste País. E com base nesse equívoco praticado pelo Constituinte de 88, que em tese é uma cláusula pétreia, que precisa na verdade ser rediscutida, nós deixamos de identificar criminalmente o criminoso. E dessa forma começamos a cometer enganos, levando para trás das grades pessoas que não são aquelas a quem são imputadas determinadas infrações penais. Então eu entendo que um direito e garantia individual é exatamente você saber quem você está processando, e a melhor forma de fazê-lo é através da individual datiloscópica. Então eu acho que nós temos que repensar essa questão e acho que o Ministério da Justiça deveria talvez se juntar ao Congresso, e nós tentarmos modificar esse preceito constitucional, que, na verdade, ao invés de defender o cidadão, prejudica o cidadão.

Eu gostaria também de tocar em algumas coisas que me parecem importantes. Até porque, na semana retrasada, ouvi uma grande besteira formulada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, dizendo que ele padece da falta de projetos nas gestões anteriores. E aí, apenas para poder lembrá-lo das besteiras que disse... Porque a primeira besteira que o Secretário disse foi que a progressão de regime é uma culpa do Congresso, que nada fez. Então ele desconhece que este Congresso, no ano que passou, por iniciativa da Comissão de Segurança Pública, capitaneada pelo Presidente João Campos, à época, fez a unificação dos procedimentos penais e processuais penais e, dentre eles, aumentou o prazo para a progressão de regime.

Obviamente quem cultua o Direito sabe que isso não retroage para prejudicar, mas, a partir daquele momento, a lei se estabeleceu dessa forma, numa luta hercúlea aqui contra o próprio Ministério da Justiça, que entendia que esse tipo de



ação não deveria ser praticada, porque nós temos que ter uma posição mais aberta e menos fechada no que diz respeito aos criminosos. Então esse é o primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção.

O segundo ponto é que talvez ele tenha desconhecido, e V.Exa., na condição de Secretário Nacional, acompanhou muitas das coisas que foram feitas no Estado do Rio de Janeiro. E nós temos um conceito que é um conceito vencedor. Chama-se o conceito das delegacias legais.

Acho que não existe, neste País, um conceito e um projeto tão bem elaborado quanto o projeto das delegacias legais, que tirou de dentro das delegacias os presos que ali se encontravam. Uma delegacia como a do Leblon, por exemplo, chegou a ter 350 presos. Então nós fizemos, na gestão anterior, um projeto de segurança pública em cima da delegacia legal. Construímos 100 delegacias legais no Estado do Rio de Janeiro e 11 casas de custódia — ou seja, o preso não fica mais na delegacia e vai, sim, para uma casa específica de custódia, aguardar as decisões do Judiciário. Então isso é um projeto de segurança pública.

Além disso, talvez ele também desconhecesse, porque, como não é do Rio de Janeiro, não soube que nós efetivamente fizemos um aumento real de efetivo. O que eu chamo de aumento real de efetivo? E já que nós temos um Comandante de Polícia Militar aqui presente, ele sabe que, ao ano, pelo menos em torno de 800 a 900 policiais militares se perdem. Uns porque são mandados embora; outros porque deixam a corporação; outros porque morrem em serviço.

Então, quando você faz um concurso para mil, você está apenas repondo aqueles mil que se foram. Agora, aumentar efetivo é o que fizemos no Estado do Rio de Janeiro, onde aumentamos o efetivo que era de 20 e poucos mil para 38 mil, dando um aumento de efetivo de 17 mil policiais militares. Então, isso é um projeto de segurança pública, um projeto de aumento de efetivo. Fizemos alguns novos batalhões de polícia militar, porque imaginem se não tivéssemos o Batalhão da Polícia Militar na Linha Vermelha, que é o Batalhão do Complexo da Maré. Imaginem se não tivéssemos feito o BOPE em cima da comunidade do Pereirão, que é a primeira comunidade a ter sido verdadeiramente pacificada pelas polícias do Rio de Janeiro! Imaginem se não tivéssemos o Batalhão da Barra da Tijuca, bairro que cresceu de uma forma tal, e não tinha um batalhão próprio; o próprio Batalhão



de Belford Roxo e o Batalhão de Copacabana, que foi totalmente reestruturado. Então, isso eu chamo de projeto de segurança pública.

Além disso, o senhor sabe muito bem que fizemos um novo investimento num novo sistema 190 e também fizemos um sistema de câmeras que possibilitou ao Estado do Rio de Janeiro ter uma base própria e sólida para os Jogos Pan-Americanos em cima de um centro de comando e controle que foi estabelecido por nós, e o senhor sabe muito bem que até hoje as câmeras que a Secretaria Nacional de Segurança Pública disponibilizou para a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro a partir dos Jogos Pan-Americanos se encontram trancadas em um armário, em uma sala da Secretaria de Segurança Pública e, por questões que eu não sei quais são e talvez V.Exa. possa até nos explicar, não foram colocadas ainda em funcionamento, embora os Jogos Pan-Americanos já tenham acabado há mais de 2 anos.

Além disso, criamos o Grupo Tático de Motociclistas, que de alguma forma foi prejudicado, e agora começa-se a falar novamente na constituição desse grupo para dar pronto atendimento às iniciativas no Rio de Janeiro.

Além disso, demos, de uma vez só, durante a minha gestão, um aumento de 17% a todos os policiais do Estado do Rio de Janeiro e bombeiros, que fazem parte de uma outra categoria funcional, porque não são vinculados à Polícia Militar, e sim à Secretaria de Defesa Civil, e a opção era 34% de aumento ou 17%, mas 34% ou 17% se não computássemos aqueles que já estavam reformados, e eu não poderia admitir que aqueles já reformados deixassem de perceber.

Então, demos um aumento efetivo e real de 17% para todos os policiais, os da ativa e aqueles que já se encontravam reformados. Então, um aumento que realmente não atende àquilo que era necessário, mas àquilo que foi possível conforme o orçamento, porque à época não tínhamos essa ajuda possível da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

E é importante que se diga que toda essa base para a formulação de uma política de segurança pública em que se dá uma gratificação ao policial também nasceu nas delegacias legais e nasceu na gratificação especial que eu concedi ao Batalhão de Operações Especiais, que é o BOPE do Rio de Janeiro, em função dos



treinamentos constantes que se faziam necessários para o desenvolvimento de uma atividade especial.

Então, aquele que trabalhava na delegacia legal, todo policial na delegacia legal recebia um X a mais, de 500 reais, para que pudesse ter o seu aperfeiçoamento, o seu treinamento realizado a todo momento, e de 500 reais para os policiais do BOPE, que foi uma gratificação que eu instituí para eles. E eu acho que foi um pouco inspirada nesse projeto que a própria Secretaria Nacional procurou uma forma de compensar, não dando de forma aleatória, mas em função de uma formação, através de uma especialização por parte desses indivíduos.

Então, apenas para concluir, eu estou com duas PECs prontas e já estou colhendo assinaturas — até pediria que os colegas pudessem assinar comigo —, propondo... Porque quando se fala em unificação das polícias, eu acho muito interessante, porque, em nível federal, todos nós falamos em unificação das polícias, mas nos esquecemos de que a primeira polícia que temos que unificar é a federal, porque no âmbito federal nós temos a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Rodoviária Federal, e nós temos a Polícia Federal, da qual, com muita honra, eu faço parte.

Então, se queremos dar o exemplo e queremos a unificação das polícias no Brasil, nós temos que começar unificando em nível federal. E eu estou colhendo assinaturas para uma PEC unificando todas as polícias federais neste País, inclusive com a questão relativa a dar um exemplo aos Estados.

E tenho uma segunda PEC em processamento, para a qual peço a assinatura dos demais companheiros, que poderá ser até uma PEC oriunda de uma discussão nesta própria Comissão, ilustre Relator, no sentido de unificação das polícias em nível dos Estados também. Ou seja, fazer algo que permita, efetivamente, não defendermos interesses corporativos — e eu faço parte de uma corporação —, mas atender aos interesses da população, que é quem efetivamente e verdadeiramente necessita de segurança pública neste País.

Quando eu lhe fiz o questionamento de quantos por cento do Orçamento corresponderiam a esse valor que V.Exa. listou como o necessário para investimentos em segurança pública, eu o fiz justamente na tônica de fazer uma PEC no sentido de estabelecer esse percentual, como existe na saúde, como existe



na educação, para a área da segurança pública e, dessa forma, termos aquilo para o que o Estado foi constituído.

O Estado foi constituído para prover 3 coisas básicas: educação, saúde e segurança pública. O resto é complemento. Nós precisamos ter, sim, verbas carimbadas no Orçamento, sem aumento de impostos ou sem a criação de nenhum outro imposto, carreadas efetivamente para essas áreas.

Essas são as considerações. E gostaria apenas de trazer mais uma coisa que eu tenho discutido no Ministério da Justiça com o Secretário Executivo, que eu acho que é fundamental, que é o direito à segurança da habitação daqueles indivíduos que hoje estão sendo violados no seu direito em função de residirem em áreas consideradas de miséria e de pobreza, e o Estado achar que pode sobre eles executar qualquer ação não respaldada por decisão judicial.

Nós temos um projeto que está em desenvolvimento. Eu pediria uma audiência ao senhor no sentido de verificar este trabalho que já levei ao Dr. Luís Paulo, no sentido de nós fazermos o registro de títulos e documentos, especificando exatamente o que é aquela posse, a quem pertence aquela posse, até mesmo como forma de auxiliar o Governo Federal nas ações do PAC que vem fazendo nessas comunidades.

Nós temos um projeto pronto, efetivo, que começa garantindo a posse, retira de alguns setores que, às vezes, estão nas mãos das milícias ou do tráfico o registro de propriedade local, levando aquilo para o registro de titulação pública, fazendo inclusive garantias contra terceiros.

Eu pediria que V.Sa. tivesse atenção a esse projeto que eu tenho levado e discutido como um processo fundamental.

Essas são as considerações que eu gostaria de fazer. Coloco-me à disposição sempre, para que nós possamos continuar a trabalhar juntos, em prol da segurança pública. Espero que tenhamos mais vozes favoráveis àquilo que nós da segurança pública entendemos como necessário à segurança do cidadão, em vez de termos aquela visão do laxismo jurídico.

Vou concluir, se me permitir, apenas com mais uma questão. Eu sou daqueles que defendem a participação das Forças Armadas no combate a determinados tipos de delitos. Não é que eu deseje que ela faça, mas porque é sua



obrigação fazer. E V.Exa. trouxe aqui uma questão muito importante, que é a questão do armamento, o chamado armamento de guerra, ou calibres chamados privativos. Toda vez que um calibre que está submetido ao controle das Forças Armadas é encontrado na mão de um indivíduo, as Forças Armadas têm o dever legal de fazer o inquérito policial militar e, com o inquérito policial militar, fazer as suas ações repressivas contra os portadores, os detentores desse tipo de armamento e desse tipo de equipamento.

Além disso, quando vemos uma granada como essa que estava na mão de um criminoso no Rio de Janeiro, que fez com que a polícia do Rio interviesse e anulasse aquela ameaça a terceiros, levando o bandido à morte, é uma granada que normalmente deve ser apenas de uso privativo das Forças Armadas ou das forças policiais. Quando é das Forças Armadas, ela, também por subtração de fuzis, de munição, de pistolas e de armas, tem o dever legal de instaurar inquérito policial militar e, através do inquérito policial militar tutelado por juiz militar, por auditor militar, de fazer interceptação telefônica, busca e apreensão, ou de fazer a ação de recuperação desses armamentos.

Eu acho que essas considerações precisam ser efetivamente discutidas, para que possamos, de fato, encarar esse problema de segurança pública. V.Sa. sabe que há mais de 10 anos eu defendo aquilo que eu chamo de força-tarefa conjunta, integrada por todos esses organismos das Forças Armadas — policiais militares, policiais civis e policiais federais — atuando no desmantelamento dessas quadrilhas organizadas que se encontram, principalmente hoje, já presas. Vários desses integrantes já estão presos, e continuam comandando. E também discutir a possibilidade de criação de uma zona de exclusão dentro do sistema penitenciário, para que telefones ali que tenham entrado possam ser interceptados imediatamente sem a necessidade de maiores ações no que diz respeito aos telefones dentro do sistema prisional.

Agradeço muito pela atenção a V.Sa. A sua presença aqui nesta Comissão muito enriqueceu o debate.

Essas eram algumas colocações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado a todos.



O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu quero agradecer muito as questões levantadas pelos Srs. Parlamentares. Todas muito significativas, o que mostra a qualidade da discussão que vem se fazendo nesta Comissão e nesta Casa.

Muito rapidamente, de forma sintética, o Deputado Pimenta colocou algo que é fundamental, que está relacionado ao fator dissuasório da presença dos operadores de segurança pública nas ruas. Nessa medida, Deputado Pimenta, o papel das guardas municipais é sim muito importante. Nós sabemos, através de pesquisa no mundo inteiro, que quanto maior é a saturação — aquilo que, tecnicamente, os policiais chamam de saturação —, quanto maior é a saturação de policiais, mais há dissuasão em relação aos crimes ordinários. Em que pesem serem ordinários, incomodam muito no dia-a-dia da população porque representam mais ou menos 70% dos crimes. Quanto maior é a saturação de forças de segurança pública nas ruas, desde que postadas corretamente, na dimensão preventiva, até pedagógica e através do exemplo, maior é o desestímulo à atividade criminosa ordinária, que realmente é muito prejudicial no dia-a-dia da cidadania.

Então, realmente, sim, o senhor tem razão. É significativo o que o senhor disse. Nós precisamos repensar o papel da municipalidade e das guardas em particular. Talvez esse projeto do Deputado...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para contribuir com o seu raciocínio, esse trabalho que foi apresentado aqui na semana passada tem dois dados que me pareceram muito interessantes. Talvez V.Sa. inclusive já conheça. Um foi um estudo feito pelo Hospital Sarah Kubitschek, e eu não me lembro, Itagiba, qual é o outro órgão que fez, identificando as internações por arma de fogo. Cinquenta e cinco por cento das internações são fatos que ocorreram entre pessoas que já se conhecem. Um trabalho que foi feito pelo Sarah aqui em Brasília e não me lembro por quem em outro lugar do País.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Brigas de bar, as brigas de jogo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E um outro dado que eu achei interessante foi com relação à violência contra os jovens onde, se eu não estou enganado, 60% — não me lembro exatamente qual foi o índice que ele utilizou —



ocorrem no perímetro de 400 metros em torno da residência da pessoa, que, por sua vez, na grande maioria dos casos, é também a escola.

Então, isso revela que nós temos uma situação identificável do ponto de vista da localização geográfica, o que reforça a tese do policiamento comunitário.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Exatamente; reforça essa tese para as polícias e para as guardas. Nós estamos seguindo na mesma direção para polícias e guardas.

Nós precisamos de um modelo de proximidade, que no Brasil a gente chama de polícia comunitária. Tecnicamente, seria um exagero porque polícia comunitária ela é um processo, ela é um ponto de partida, não é um ponto de chegada; é um processo que se constrói ao longo dos anos em conjunto com a comunidade, mas a polícia de proximidade, que é isso que o senhor está muito bem colocando, ela só depende de vontade política. A polícia de proximidade é um *modus operandi*.

Então, tenho dito o seguinte: é chegada já a hora avançada da democracia devolver a polícia ao povo. Essas nossas polícias, em que pese tão nobres e heroicas, foram roubadas, foram sequestradas da Nação brasileira pelos governos ditatoriais. Então, é preciso que hoje a democracia devolva a polícia ao povo. Nós precisamos voltar a saber o nome e o sobrenome do nosso policial.

É interessante que dei uma entrevista para uma jornalista magnífica de *O Globo*, que é a Vera Araújo, que compreende bem segurança pública, sobre essa questão de polícia de proximidade. Ela fez o melhor título que eu já vi até hoje para uma matéria jornalística na área da segurança pública. Ela deu o seguinte título: "*Um policial para chamar de seu*".

Então, nós realmente precisamos de um policial para chamar de nosso. Preciso voltar a saber o nome e sobrenome do meu policial. Ele precisa saber quem eu sou, onde é que eu moro e o que eu represento na comunidade.

Então, este modelo que vale para as polícias... Na Militar vale do ponto de vista ostensivo e preventivo; na Civil vale à medida em que a Civil realmente se jogue na sua mais nobre missão, que é a investigação, que como eu disse só se faz no meio do povo, e esse sistema também serve para as guardas. As guardas têm essa missão, eu diria, pedagógica, cidadã, de estarem ali no dia-a-dia prevenindo, dissuadindo, através da sua presença; têm um papel capilar. E o senhor mais uma



vez colocou muito bem quando disse que é preciso, por outro lado, que a gente cuide para não mal policializar as guardas, quer dizer, não transformar essas guardas em guardas pretorianas, particularmente em um país tão ainda eivado de mandonismo político, de coronelismo sem farda, de oligarquias, enfim. Nós temos que evitar que as guardas se transformem em guardas oligárquicas. É por isso que é preciso normatizar. Quando a gente não normatiza, a gente vai tendo avanços no mundo real que às vezes não são os mais desejados, mas foi muito bem colocado.

Quero agradecer também ao Deputado Woo, que acho que colocou muito bem essa dor, Deputado, que é a dor de todo policial. Os policiais representam uma das mais nobres categorias para a vida democrática. Não há... Eu tenho advogado ao longo de 20 anos, trabalhando com mais de 80 mil policiais; eu sou um sujeito que comi muito sal com a polícia, desde o homem lá da base até o que comanda, não é, e eu tenho sempre dito o seguinte: nós ainda não descobrimos a importância da polícia para a democracia.

Eu tenho, inclusive, dito o seguinte: não há democracia sem polícia. Hoje, efetivamente, no mundo inteiro, e inclusive no nosso País, o único poder que ameaça de maneira real os poderes legítimos, legalmente constituídos, é o poder do crime. Então, nós precisamos ver no nosso policial não um mero ordenador, mas um promotor de civilidade, de cidadania, de democracia. O policial é um agente da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aliás, Foucault tem uma palavra muito boa para isso: a polícia tem o dever ou o trabalho de dar o esplendor — “esplendor” é uma expressão muito interessante — à cidade. O que é esse esplendor? É dar justamente o brilho; dar a condição de você viver dentro de um ordenamento policial. Então, acho que essa expressão do Foucault foi muito feliz. Não parece própria, mas é muito própria; chama-se “dar o esplendor”.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - E é uma presença civilizatória muito forte, quer dizer, talvez o segmento público que nós temos hoje e que ainda não abandonou as populações mais humildes; o segmento que, como segmento, não abandonou, foi a polícia.

Eu sempre digo também o seguinte: ninguém procura um policial para jogar conversa fora. Quando as pessoas procuram a polícia é em momentos de drama e



de dor. Então, o impacto que tem um policial na vida cidadã é sempre um impacto muito forte. O policial, mesmo que ele não saiba, é sempre um pedagogo da cidadania; ele é um educador da população. Então, nesse sentido, nós deveríamos cuidar muito das nossas polícias, e cuidamos muito pouco do ponto de vista histórico. As polícias são muito maltratadas do ponto de vista dos seus direitos humanos. Os direitos humanos dos policiais nunca são reconhecidos.

Nesse sentido, eu queria pedir ao senhor a permissão e ter a ousadia de dizer o seguinte: eu acho, sim, que aumento para os policiais é uma coisa complicada, porque nunca tem caixa suficiente para isso. Mas vou ter a ousadia também de dizer para o Deputado o seguinte: talvez não seja possível tudo aquilo que nós desejamos, mas eu, por outro lado, também acho que melhorar as condições de vida do policial passa também por vontade política. O que eu acredito que acontece historicamente é que nós não descobrimos — nós, cidadãos; nós, gestores públicos no conjunto histórico que representamos; nós não descobrimos o profundo valor das nossas polícias. Então, quando o senhor fala da questão do aumento, e eu compartilho com o senhor dessa visão da necessidade de tratar melhor os policiais, eu diria que muitas vezes os policiais não são devidamente cuidados porque não se dá a eles a importância que eles têm. É falta de caixa? É falta de caixa, mas muitas vezes é falta de vontade política também de reconhecer o valor do policial.

Eu não acomodaria tanto os Estados a ponto de aceitar a arguição deles meramente de que eles não têm caixa para pagar melhor as polícias. Eu daria uma forçada, eu daria uma pressionada, uma encostada na parede, e diria: mas é só falta de caixa ou é falta de importância, falta de vontade política? É falta do reconhecimento da relevância que o policial tem para a sociedade? Eu faria sempre essa pergunta, porque é preciso, acho, apertar um pouco; historicamente falando, é preciso apertar um pouco as estruturas públicas em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas há um problema, e é real, que o Deputado Woo colocou com muita propriedade, que é o fator multiplicador. Quer dizer, quando você olha a polícia de São Paulo, com 110 mil homens, talvez você ponha outros 100% que estão em casa, que já se reformaram e que têm o mesmo direito assegurado. Então, o fator multiplicador chega a quase 220 mil.



O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quando você multiplica qualquer número por 220 mil, o governante olha para aquilo e começa a elencar prioridade. E é como o senhor disse: nós temos que dizer que essa é a prioridade e não a outra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas eu acho, Marcelo, colaborando com esse raciocínio, quero insistir numa tese: a de que nós temos que chegar a um número nesta CPI de quanto nós precisamos para pagar um salário adequado para um policial no Brasil, para implantar o policiamento de fronteira, para garantir uma perícia autônoma, para ter um sistema carcerário decente. Vamos elencar. A saúde faz isso, a educação faz isso. Eles trabalham com metas, com expectativas. Aí, vamos ver como é que se faz para orçar isso tudo. O problema é que hoje nós não temos esse número no Brasil.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu me coloco, Deputado, à disposição, pessoalmente, e aqui a nossa Casa toda. Temos aqui a Dra. Suellen, o Dr. Alex, que estão aqui, que podem também fazer a ponte com as assessorias de vocês.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que, se nós conseguíssemos chegar a um número e apresentá-lo para a sociedade para dizer: olha, se nós tivermos isso aqui, nós poderemos oferecer isso aqui em segurança para o Brasil.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - O senhor percebeu muito bem, e eu lhe agradeço, que a minha intenção aqui — como eu disse, um pouco pretensiosa, num curto espaço de tempo — foi apresentar um roteiro no sentido de nós sairmos daqui com esperança. Resolver os dramas de segurança pública no Brasil não é tão difícil quanto parece. É preciso que a gente tenha um norte claro, que a gente tenha uma disposição política forte de aumentar os investimentos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essa vinculação orçamentária poderia, em um primeiro momento, na minha modesta leitura, ser, inclusive, transitória, por um determinado período, para que a sociedade brasileira pudesse analisá-la ao final desse processo.



O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Para adquirir uma cultura, exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós criamos o mecanismo de... Foram criados tantos mecanismos para financiamento de políticas específicas! Faz por um período e, depois, faz um plebiscito.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - É uma boa ideia. Inclusive, suaviza um pouco o impacto que isso teria para os próprios governos.

Agora, só para não deixar também sem resposta algumas questões importantíssimas que o Deputado Woo levanta, Deputado, na verdade, nós, a nossa geração no Governo Federal, e aqui eu digo sem nenhuma intencionalidade, nem política, nem ideológica e tal, nós administramos — o Nado colocou bem antes —, nós administramos muitas vezes sem nem lembrar de que partido é o Governo. Alguns dos nossos melhores parceiros hoje são Governos de oposição, inclusive, os que mais recebem recursos nossos. E isso eu lhe digo de maneira absolutamente isenta.

A nossa geração hoje no Governo tem feito um grande esforço para que nós façamos a nossa parte. Então, realmente, há alguns números que são muito relevantes. Nós hoje temos mais de 200 mil alunos no nosso programa de ensino à distância gratuito. Nós temos 169 mil alunos ganhando 400 reais por mês a mais no seu salário, a título de uma bolsa para incentivá-los a estudar. É o que nós pudemos fazer, quando não conseguimos fazer passar a proposta do piso, como tentamos naquele primeiro momento. Então, resolvemos isso de que maneira? Estimulando o policial a estudar e dando uma bolsa. Nós temos policiais em Estados que estão ganhando 815 reais por mês. Imaginem o que significa, para alguém que ganha 815 reais por mês, ter 400 reais por mês a mais e estudo de graça.

O Deputado Itagiba colocou antes uma questão que para nós também é fundamental, que é a questão habitacional. Ele, no início, poderia, inclusive, apartar duzentos e poucos reais para o PAR, para o Plano de Arrendamento Residencial, e ter uma apartamento digno. Eu não me esqueço da minha emoção em Porto Alegre, quando nós entregamos para a Polícia Militar apartamentos no Bairro do Partenon, bairro de classe média de Porto Alegre; não esqueço da franqueza e do coração que os policiais puseram no seu agradecimento final. Não disseram nem o nome deles.



Portanto, não tinham nenhuma intenção. Um deles eu lembro que me disse assim: pela primeira vez, os meus filhos podem brincar na praça, porque eu vivia em lugares onde eu não tinha coragem de deixar os meus filhos saírem à rua.

Eu tenho uma ótima notícia em primeira mão aqui para dar a vocês. A questão de duas ou três semanas atrás, nós ampliamos esse programa junto com a Caixa, e nós temos hoje a possibilidade da carta de crédito. Então, os policiais... Eu não vou querer acertar de maneira absoluta aqui, mas me parece que os policiais que moram em centros urbanos, até 100 mil, e os do interior, até 80 mil, eles podem tirar uma carta de crédito. Essa é uma grande evolução sobre o plano anterior, que era o PAR, que requeria residências já prontas para serem entregues. O policial pode escolher o seu local de moradia. Ele não tem análise cadastral, quer dizer, ele não deixa de receber isso, se ele estiver mal do ponto de vista de ficha cadastral. Então, há uma série de vantagens. Ele não entra naquela fila grande que vai ter o Minha Casa Minha Vida. Ele terá...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse programa já foi lançado ou não?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Esse programa foi lançado, mas ele tem uma mudança agora, de 3 semanas para cá, Deputado, total, que é a entrada da carta de crédito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da carta de crédito. Já foi lançada essa questão da carta de crédito?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Já, ela já está em vigor. Nós vamos agora começar por Goiás, que deve ter em torno de 2 mil policiais interessados. Queremos ir para o Rio. O Rio está com algum problema de inadimplência com a Caixa em relação ao programa anterior, que era do PAR, e, uma vez resolvido, acho que o pessoal do Rio e de outros Estados pode se beneficiar.

Mas o que eu quero dizer ao Deputado Woo é isso: Deputado, nos limites que temos, nós estamos procurando, a nossa geração, ser coerentes, e essa...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Dr. Balestreri.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Pois não.



O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - O Leonel Lucas, que é o Presidente da ABAMF dos nossos Policiais Militares do Rio Grande do Sul, está reivindicando que vá também a carta de crédito logo para o Rio Grande do Sul. Não é Lucas?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu vou ter que dizer uma coisa... Depois eu lhe dou em detalhes onde é que está o problema, mas eu quero lhe dizer o seguinte. Essa deficiência com o Rio Grande do Sul não é nossa, do Governo Federal. O Rio Grande do Sul tem questões que ele precisa nos passar; o Governo do Rio Grande do Sul tem questões que ele precisa nos passar, e não passa, para que a gente possa dar celeridade ao programa. Mas, depois, podemos lhe dizer precisamente o que falta o Rio Grande do Sul nos entregar, porque nós somos acelerados nesse sentido. Agora, o Estado tem que cumprir a sua parte.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Bom, nós estamos tratando de lutar para vocês. Agora, é preciso que o ente federado também cumpra rigorosamente a sua parte, para que a gente possa atendê-los.

Agora eu quero dizer que, a par dessa questão habitacional, nós temos então uma bolsa... Só quero destacar isso para vocês: nós temos um efetivo em torno de 600 mil policiais no Brasil. Neste momento, o Governo Federal, num enorme esforço — vocês não pensem que isso não nos custa muito caro para conseguir, para manter —, estamos entregando a Bolsa Formação desses 600 mil para 169 mil policiais, o que é muito significativo.

Nós temos hoje, Deputado Itagiba, Deputado Pimenta e demais, nós temos hoje 80 cursos de especialização, pós-graduação *lato sensu*, gratuitos espalhados em todo o Brasil para a polícia brasileira. O General Barroso e sua equipe estão preparando os primeiros cursos de graduação gratuita, e também, para aqueles que tiverem condições, os primeiros cursos de mestrado gratuitos também para policiais no Brasil.

O que eu estou tentando é responder ao Deputado Woo, que se posicionou muito corretamente sobre as dores, os dramas vividos pela polícia. É que nós, Deputado, naquilo que nós podemos, nós temos dedicado as nossas 15 horas de trabalho por dia — em média nós fazemos, 14, 15 horas —, nós temos dedicado na



SENASP é cuidar da polícia. Nosso foco central hoje, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, se chama qualificação do capital humano. Isso significa ensino de graça, significa bolsa, significa habitação. Agora, é claro, nós não podemos, a partir da SENASP e do Governo Federal, resolver todos os problemas da polícia brasileira. Sempre vai caber alguma coisa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - No programa de qualidade de vida, fizemos uma pesquisa de como é que a polícia brasileira é tratada, por exemplo, nos aspectos da sua saúde psicológica e emocional. Descobrimos aquilo que parece uma obviedade, mas que hoje nós sabemos pela pesquisa: os Estados não dão praticamente nada para tratar da qualidade de vida psicológica e emocional dos seus policiais. Estamos implementando também um programa nessa direção.

Tem muitos programas. Quando eu digo que estamos implementando, não estou fazendo retórica; eu não estou fazendo retórica. Nós podemos provar isso às senhoras e aos senhores com o orçamento, com números. Isso não é discurso. Isso é prática que a gente está fazendo. E é absolutamente novo, porque, até pouco tempo atrás, o discurso da União era que ela não tinha nada a ver com isso, que isso era problema dos Estados; os Estados diziam que era problema da União e não era problema de ninguém na realidade. Então a União está participando ativamente.

Eu já vou concluir dizendo assim: há muito investimento na polícia. O que vocês colocaram, o Deputado Itagiba também colocou aqui, o senhor colocou, a questão da identidade civil. Eu não sei se um caminho para isso é o RIC, que é o programa da Polícia Federal. Enfim, tem que se estudar qual é o caminho. Nós estamos absolutamente parceiros nesses encaminhamentos e concordo em gênero, número e grau com o que vocês disseram.

O senhor também citava uma questão importante, que é a dos helicópteros. Quero dizer o seguinte: em 2 anos nós investimos 160 milhões de reais em compra de helicópteros. Se juntar tudo o que se comprou de helicóptero ao longo da história da segurança brasileira, não dá isso o que nós gastamos. E pretendemos gastar, no ano que vem, mais 100 milhões em compra não só de helicópteros, mas em aeronaves para a polícia: em aviões, em hidroaviões naquelas regiões onde a polícia precisa de hidroaviões. Esse é um programa magnífico hoje, profundamente



bem estruturado não só do ponto de vista de investimento, mas de toda a filosofia da normatização, chamado programa aeropolicial de aviação em segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança.

O senhor também citou questões anteriores da Força. Eu quero também lhe tranquilizar dizendo o seguinte: nós renovamos toda a Força Nacional, inclusive convidando o ex-Comandante da PM de São Paulo para participar do grupo de trabalho que renovou toda a Força. Hoje tem toda uma legislação nova, inclusive do ponto de vista de armamento. O senhor não vai mais encontrar hoje ninguém da Força usando essas armas de guerra. A Força hoje só chega no máximo até o 556, onde, naquelas regiões conflagradas, ela precisa realmente utilizar. E hoje nós temos uma nova Força Nacional.

De fato, os índices... Eu vou citar um muito prático e próximo. O índice, por exemplo, de queda de violência e criminalidade, quando do período de atuação da Força Nacional no entorno do Distrito Federal, foi da ordem de 43% de queda. Agora, é claro, a Força não se perpetua. É preciso que o ente federado localmente esteja pronto para substituir a Força no momento da sua saída. A Força só vai ou a pedido do ente federado ou em ação conjunta com a Polícia Federal e a Rodoviária Federal.

Eu quero dizer mais uma última coisa ainda sobre isso. O senhor, com muita propriedade, lembrou também a importância da formação específica que os policiais precisam. Quero dizer que hoje, Deputado, nós temos dentro da Força Nacional uma nova modalidade, que é o BEPE — Batalhão Escola de Pronto Emprego.

As senhoras e os senhores sintam-se convidados, agora, no dia 7 de outubro, nós estaremos fazendo a troca do BEPE. E a troca é o seguinte: o primeiro contingente que veio dos Estados, agora, no dia 7 de outubro, completa 1 ano de formação técnica, humanística e de aparelhamento.

O que vai acontecer no dia 7 de outubro? Vamos devolver aos Estados um contingente de policiais absolutamente preparados e absolutamente armados, aparelhados. Eles voltam. Eles podem constituir, Deputado, no seu Estado de origem, eles podem chegar prontos, como um grupo de operações especiais absolutamente armado, aparelhado e capacitado. Acabam de voltar de uma viagem ao Amazonas para treinamento de tiro e, posteriormente, de uma viagem à



Colômbia para conhecer o processo de mudança ocorrido na Colômbia. Agora receberemos mais 540 policiais, ficarão mais 1 ano conosco. Ao fim de 1 ano, não sei se vocês entenderam a dinâmica, eles voltam como um grupo de elite — eu não gosto muito desse termo, mas vou utilizar aqui por razões didáticas, toda polícia tem que ser de elite —, mas eles voltam como um grupo de elite, do ponto de vista tático operacional; voltam absolutamente prontos.

Eu vou dar um exemplo aos senhores. O Estado do Maranhão, que é um Estado muito nobre mas muito pobre, ele receberá agora 40 policiais, que voltam ao Maranhão completamente equipados, com equipamentos de última geração, e completamente capacitados para, se o Maranhão quiser, ter um grupo de operações especiais, prontinho, sem ter investido nada, a não ser 1 ano de cedência desses homens e mulheres para nós.

Então, essa é uma novidade hoje; é o BEPE — Batalhão Escola de Pronto Emprego, e eu queria dar essa notícia da nova unidade. Com isso, Deputado, nós queremos difundir conhecimentos e equipamentos para a polícia brasileira.

Eu quero lhes citar alguns dos cursos que hoje a Força Nacional está oferecendo para as polícias de todo o Brasil: curso de piloto; segurança de dignitários; policiamento comunitário; direção de veículo policial; tecnologia não letal; controle de distúrbios civis; tiro tático; operações em áreas restritas; curso de formação de guarda-parque; curso de retomada e resgate; curso de operações antissequestro; condutores de cães de faro para drogas; condutores de cães de faro para explosivos; condutores de cães de faro para áreas colapsadas; uso progressivo da força e de tecnologias não letais e letais; atendimento pré-hospitalar tático; salvamento aquático etc. Essa lista toda aqui, bem nessa linha que o senhor dizia, com muita adequação e propriedade, de cuidar dos policiais, inclusive da formação operacional dos policiais.

Por que os senhores não sabem de muitas dessas coisas? Porque, lamentavelmente, nós temos uma mídia que tem uma tendência a não divulgar coisas boas. Algumas coisas que eu estou contando agora aqui aos senhores e às senhoras nós tivemos já página inteira no *New York Times*, no *Washington Post*, no *Boston Globe*. Por exemplo, esse programa de formação policial, hoje, sem qualquer ufanismo, é o maior programa de formação e de capacitação policial do planeta. Eu



não sou dado a ufanismo, mas também não vou ter falsa modéstia institucional. O maior programa de capacitação policial hoje do mundo se encontra no Brasil. Deu página inteira da edição eletrônica do *New York Times*. Vocês sabem que é muito raro o *Times* publicar alguma coisa positiva sobre o Brasil, ainda mais na área de segurança. *Boston Globe*, *Washington Post* e jornais do mundo inteiro. Os senhores e as senhoras não viram isso, porque aqui, na mídia brasileira, nada disso foi reproduzido. Então, eu estou aproveitando até aqui — agradeço a oportunidade — para dar notícias também de coisas boas, ao lado das coisas negativas que nós temos na segurança, que as pessoas não ficam sabendo, porque não se consegue difundir na grande mídia.

Para finalizar, queria, sim, parabenizar o Deputado Itagiba; dizer que sou testemunha, porque ainda era diretor no seu período do Rio de Janeiro, sou testemunha dos excelentes programas que o senhor implementou. Queremos sempre continuar sendo muito parceiros seus em todo esse trabalho pela qualidade sua e, como eu já disse, inclusive, da sua equipe, que eu fiquei encantado em conhecer e com quem eu pude dialogar um pouco. Quero dizer ao senhor que, apesar disso, nós não temos, respeitosamente, nós não temos, no Governo Federal, e eu, particularmente, não tenho uma visão pela unificação das polícias. Eu temo uma unificação da polícia do ponto de vista de estabilidade democrática do Governo, uma vez que a Polícia é um segmento de muito poder e muito bem informada, e eu sou da tese da multiplicidade das polícias, da intercomplementariedade e do mútuo — no bom sentido —, mútuo controle inclusive. Estou, digamos, mais afinado com os países que têm uma certa quantidade de polícias e que fazem..., mas aí concordo muito com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Parece aquela máxima do dividir para reinar.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Não, mas não é nesse sentido, é no sentido de a gente saber que a democracia se vale... Hoje, nos países democráticos do mundo inteiro, eu não consigo me lembrar de nenhum que tenha polícia única. Consigo lembrar de ditaduras, mas não consigo me lembrar de democracias com polícia única. Eu tenho um temor muito grande da sindicalização e



do controle do aparato estatal pela sindicalização de um segmento de força e com autorização para o uso, inclusive, das armas, da letalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por exemplo, na América nós temos, talvez, 17 tipos de Polícia Federal diferentes...

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu não me refiro nem à Federal, desculpe-me, Deputado, falo mais das estatais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...mas ao mesmo tempo o senhor vai ver o seguinte: o padrão de remuneração é absolutamente igual nas 17 corporações ali existentes, porque existe, como já existiu no Brasil, um referencial de salário para todo o serviço público, e não criando ilhas de excelência e outras de deficiência. Então, embora você tenha uma multiplicidade de polícias, você tem uma remuneração correta e justa, e não essas defasagens a que nós assistimos no País.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Agora, Deputado Itagiba, quero me somar profundamente ao senhor no sentido de que eu tenho sido um defensor — isso é uma tese um pouco polêmica, solitariamente inclusive fundada nos documentos de Governo —, eu tenho sido, sim, um defensor de uma reforma policial no sentido de que essas poucas polícias que nós temos possam, como o senhor bem disse, ser bem atendidas, qualificadas e ter um trabalho de ciclo completo. Que a nossa Polícia Civil seja profundamente valorizada na sua vocação investigativa, que possa ser uma polícia destinada aos crimes de maior complexidade e possa se somar ao belo trabalho que faz a Polícia Federal no combate ao crime organizado e às organizações delinquentiais nos Estados, se livrando, portanto, do entulho demasiado, capitorial que ela hoje foi obrigada a ter nas mãos; e que a nossa Polícia Militar, nos crimes ordinários, possa ter complitude na execução do seu trabalho; e que as nossas Guardas Municipais possam, como o senhor colocava muito bem também, crescer normatizadas para os ápices antissociais.

O senhor colocou muito bem também — agradeço a lembrança — a questão da habitação, e mais uma vez colocou, também muito bem, essa que é uma visão de composição e harmônica necessária reconhecendo a vários segmentos diferenciados papéis importantes na Segurança Pública. Eu também, como o senhor, não sou daqueles que acha que as Forças Armadas não têm um papel. Acho que elas não têm um papel substitutivo da Polícia, mas elas têm um papel



importantíssimo na Segurança Pública brasileira, entre outras coisas que o senhor disse muito bem, inclusive na área das armas.

Eu tive a honra de ser convidado pelo Comando de Operações Terrestres para uma palestra, fui muito bem acolhido, inclusive nisso que vou dizer agora. Eles me perguntaram: “*O que o senhor acha que nós podemos fazer para ajudar?*” Eu disse: “*Olha, por exemplo, eu acho que vocês — não tive a precisão, digamos assim, de detalhamento e de elucidação que o senhor teve — podem ser muito mais rigorosos ao serem parceiros nossos na questão do controle das armas longas e acho que podem ser, digamos assim, menos zelosos na questão do controle das armas menos letais. Eu acho que o controle das armas menos letais deveria passar ao comando da Polícia Federal, uma vez que não são armas de guerra, e as armas de guerra, nelas sim, vocês deveriam exercer um profundo controle*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir para a minha assessoria lhe repassar um artigo que eu escrevi no jornal *O Globo* já faz uns 4 anos a respeito dessa questão das Forças Armadas. O título do artigo é *Legitimidade para Agir*, no qual eu demonstro que legalmente, judicialmente, elas não têm o dever, têm mais que o dever, têm a obrigação legal de fazer esse trabalho. Chama-se *Legitimidade para Agir*, um artigo meu publicado no *O Globo*. Vou pedir para a minha assessoria lhe encaminhar.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Eu agradeço. E podemos utilizá-lo.

E, como última questão, também quero lhe agradecer e parabenizá-lo pela lembrança das delegacias legais, do papel do BOPE. Uma coisa que muita gente não sabe é que o BOPE realmente pacificou aquela comunidade e tem inclusive programas sociais altamente relevantes. Eu tive a graça de poder visitá-los e ver programas ali de recuperação de meninos que estariam nas mãos do crime se não estivessem hoje nesses programas sociais que também são dirigidos pelo BOPE.

E, por último, a sua lembrança magnífica — e eu havia esquecido aqui — do problema das carceragens. Nós precisamos libertar as nossas polícias civis do drama da carceragem, que, no meu entendimento, se encontra sob o guarda-chuva. É uma decorrência dos excessos cartoriais que foram impostos à Polícia Civil. Nós precisamos readequar a atividade cartorial da Polícia Civil para que ela, inclusive, se



livre das carceragens, e nós precisamos realmente tratar disso, eu diria, Deputado, com pelo menos igual atenção com que nós tratamos o problema penitenciário. O problema hoje das carceragens é pior que o problema das penitenciárias no Brasil. Nós temos carceragens hoje com 7 andares de rede, chamados presos aéreos, que têm que se revezar para poder pisar no chão.

Então, realmente é preciso libertar a Polícia Civil dessa função de carceragem e para isso é preciso — já conversei com o meu colega Airton Michels, do DEPEN — nos unirmos, SENASP e DEPEN, no sentido exatamente, nos inspirando até nisso que o senhor coloca, no sentido da criação de unidades, enfim, que não sejam direcionadas pela Polícia Civil, mas por corpos realmente bem preparados e especializados nisso.

Então, agradeço. Muito obrigado.

Acho que deu mais ou menos para responder às questões todas. E, particularmente, agradeço pela riqueza desse debate e me coloco à disposição mais uma vez dos Srs. e Sras. Deputados para que nós intensifiquemos esse nosso processo de parceria, uma vez que o objetivo é o mesmo, quer dizer, melhorar a Segurança Pública do Brasil. Eu sempre digo: uma nova Segurança Pública para que a gente possa ter um novo Brasil, porque um Brasil sem segurança pública não será um País desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu quero agradecer a presença de V.Exa., Dr. Balestreri, bem como de sua equipe que aqui se encontra lhe dando o apoio e parabenizá-lo pela sua exposição, pelas suas informações, sempre de maneira lhana, cordata, que muito sensibiliza os Deputados desta Casa que veem no senhor um parceiro para as ações de segurança pública.

Antes de encerrar, gostaria de pedir a V.Exa. que apoie também alguns pleitos que se encontram nesta Casa, dentre eles a PEC 300, que vem ao encontro de uma política que o Ministério da Justiça já vem buscando implementar, ou seja, de darmos a justa remuneração aos policiais militares do Estado, tendo como base aquilo que a União já faz com referência ao Distrito Federal, bem como a da criação da Polícia Penal (*palmas*), que é uma questão fundamental quando se fala em unificação das polícias, mas, enquanto não unificadas, nós precisamos ter aqueles que exercem essa função com a garantia da sua própria segurança de serem um



órgão de polícia do Estado. Então, eu acho que é importante o apoio também a essa questão que é fundamental.

E uma outra coisa é uma discussão que nós estamos tendo no âmbito da própria Polícia Federal. Acho que a Secretaria Nacional poderia intervir de forma favorável na questão relativa à interpretação do porte de arma desses, hoje, agentes penitenciários (*Palmas.*). Eu tenho o entendimento de que a lei autoriza que eles possam ter, porque é inadmissível que essas pessoas não possam ter segurança nas suas casas, nem de seus familiares, quando lidam com os maiores e mais violentos criminosos deste País que se encontram dentro do sistema carcerário.

Nós levamos um pleito — tive uma reunião com a diretoria da Polícia Federal — desses servidores que me pareceu correto e justo, e pediria que V.Sa. também interviesse a favor dessa questão.

Então, sem mais, vou encerrar esta sessão agradecendo muito a sua presença, os seus esclarecimentos.

Gostaria apenas de fazer ainda uma última questão com relação às estatísticas. Se a Secretaria tem feito estatísticas anuais, por Estados, por cidades e, se as tem, se pode encaminhá-las a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Deputado, com prazer, aquelas estatísticas que nós temos todas, digamos que nós consideramos com rigor científico, todas estão à disposição. Eu, particularmente, na minha gestão, segurei um pouco aqueles *rankings* estatísticos que eram feitos por Estados por considerar que não havia seriedade, digamos, rigor científico suficiente. Algumas vezes essas coisas derrubam Secretários de Segurança injustamente, porque muitas vezes exatamente o Estado está fazendo uma apuração detalhada da criminalidade, enfim.

Bem no início eu coloquei uma questão que eu acho que vem ao caso aqui repetir agora: nós pretendemos, já estamos inclusive com processo encaminhado nesse momento, em fase de diligenciamento, com os institutos de pesquisa que venceram, para até janeiro ou fevereiro do ano que vem já estarem com os pesquisadores a campo para a primeira pesquisa nacional de vitimização no Brasil. Mas nós temos uma ordem de estatísticas muito grande, inclusive perfil das organizações policiais, tudo isso está à disposição dos senhores.



O que a gente tem retido um pouco são esses *rankiamentos* dos Estados baseados em boletins de ocorrência, porque é um *gap* internacional — aí vocês como policiais conhecem isso melhor do que eu — considerado de uma ordem 18 vezes de erro. Isso em países onde os boletins de ocorrência funcionam. Imaginem no Brasil, onde a gente tem um problema gravíssimo na questão do registro de ocorrência.

Ainda ontem saiu uma matéria no *O Estadão* a respeito da tentativa dos jornalistas em noventa e poucos distritos de registrarem uma ocorrência e na quase totalidade eles não conseguiram.

Então, o que eu tenho evitado na minha gestão é essa divulgação pública de *ranking* por Estados de estatísticas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor os tem?

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Nós temos, digamos assim, indicativos que nós não podemos considerar que têm um rigor científico, até porque a metodologia utilizada em cada Estado é muito diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a Comissão e o Relator solicitariam a V.Exa. que encaminhasse esses dados para que pudessem fazer parte dessa nossa análise.

O SR. RICARDO BRISOLLA BALESTRERI - Com prazer. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sem mais, eu vou encerrar.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião de audiência pública a realizar-se no dia 1º de outubro, quinta-feira, no plenário a ser informado oportunamente, com a presença do Dr. Renato Sérgio de Lima, Secretário Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Agradecendo novamente ao Dr. Balestreri, dou por encerrada a presente reunião.